Ata da Assembleia Municipal ordinária de 28 de setembro de dois mil e dezoito

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no Auditório Municipal de Tondela, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa, com a saudação a todos os presentes foram apresentadas três credenciais recebidas nos serviços de apoio à mesa da assembleia: do senhor presidente da junta de freguesia de Guardão, presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e presidente da união de freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, à luz da qual se fizeram representar respetivamente por: Susana Isabel Figueira Simões, Firmino dos Santos e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, faltaram à sessão os membros: Jorge Manuel Henriques e João Paulo Tavares, que justificaram a falta, tendo sido consideradas relevadas.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de junho

O membro Rui Santos pediu a palavra e referiu que na ata da sessão de 22 de junho, constava uma incorreção, atendendo que estava referido que tinha participado em cem milhões de euros em fundos, quando de facto participou na gestão de dois mil milhões de euros, de fundos. Foi informado pelo secretário da mesa que essas referências serão tomadas em consideração, logo após audição da gravação da anterior assembleia, agradecendo a referência e atenção ao texto apresentado.

De seguida, a ata foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de junho.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes à assembleia: ofício do Ministério da Administração Interna sobre a Lei Quadro 50/2018. Posição da Fenprof à Lei 50/2018. Emails do Grupo Parlamentar Os Verdes, sobre: necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na escola pública; necessidade de recuperar a profissão de guarda-rios, na preservação e fiscalização dos recursos hídricos; projeto-Lei que determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo; medidas para promover a qualidade das refeições escolares. Foi igualmente, presente email da Associação Nacional de Assembleias Municipais a solicitar preenchimento de inquérito. Moção da Assembleia Municipal de Viseu "Moção – Portugal 2020 e sua reprogramação". Receção por: Gabinete da Assembleia da República, Gabinete do Primeiro Ministro, Grupo Parlamentar do CDS/PP, Grupo Parlamentar do PCP, da moção aprovada em junho pela Assembleia Municipal de Tondela, sobre recuperação do edifício da Escola 2.3. de Campo de Besteiros. Convite da Associação Cultural Recreativa Organizativa do Penedo, para o aniversário e inauguração das obras de remodelação. Relatório de atividades e financeiro do Município de Tondela. Informação sobre a situação económico e financeira reportada a 30/06/2018 do Município de Tondela e emitido pela SROC. Jornais: "Associação" e "Voz das Misericórdias".

Todo o expediente referido encontra-se disponível para consulta dos membros da assembleia nos serviços de apoio à assembleia municipal.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Aberto o ponto da agenda pelo senhor presidente da mesa, iniciou as intervenções a bancada do PS, com membro Marta Marques, de que se transcreve a exposição:

"Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

O potencial de inovação enquanto motor de prosperidade e crescimento económico é um fator de extrema importância que não pode ser negligenciado. Esta pretensão exige por isso a promoção de uma cultura empresarial de inovação baseada no

conhecimento alavancado sobretudo na base científica e tecnológica. A inovação está por isso no centro da estratégia da UE para criar crescimento e emprego. Os países da UE são incentivados a aumentarem o investimento em I&D. Falar de inovação no contexto da política económica local é apostar na inovação como motor de desenvolvimento e qualificação de qualquer concelho, que se deve estabelecer numa rede composta e estruturada com base no tecido empresarial, na academia, nas instituições públicas e privadas. Ao apoiarmos os processos de inovação que criem valor para o território, valorizamos também novas formas de gestão, novos produtos e contribuímos para o nascimento de novas empresas como as startups, promovendo uma cultura de empreendedorismo.

É conhecido que o Sr. Presidente tem muito bem assumido uma estratégia que coloca a temática da inovação como uma das sementes para a sustentabilidade do concelho para os próximos anos. Através de equipamentos como a Incubadora de Empresas, cujo Regulamento foi recentemente aprovado, promove e incentiva o desenvolvimento económico e empresarial do território. Bem-haja!

Contudo, até ao momento, que pilares ou ferramentas foram criados para permitir afirmar a inovação como uma ferramenta de promoção do município como um local para a excelência, abrindo portas aos jovens tondelenses para verem Tondela como um espaço para oportunidades pessoais e profissionais? Sabemos que têm sido criadas oportunidades atrativas para que empresas de vários sectores se estabeleçam no nosso território, trazendo com elas oportunidades de emprego, novos habitantes e com isso, gerar desenvolvimento. No entanto, que medidas tem em mente que visem não só atrair novos habitantes, como fazer regressar aqueles que outrora partiram para os grandes centros de desenvolvimento? Ou mesmo criar também mais oportunidades para os jovens que, quer por vontade ou ausência de recursos ficam por aqui a viver? Que mais ações de diagnóstico ou auscultação de necessidades podem ser desenhadas, para tornar Tondela um centro de negócios potenciador na criação de vantagens competitivas, num contexto de mercado global, a partir da inovação e do empreendedorismo? No sector agroalimentar, no sector ambiental há tantas oportunidades que podiam ser exploradas...

Penso que neste campo muito ainda há por fazer, apesar de estarmos no trilho certo. Com tanta gente de qualidade que nasceu ou está ligada a este concelho, não será

possível criar uma base de dados com antigos alunos de forma a promover uma rede de conhecimento mais alargada para o Concelho? Trazer às escolas exemplos de sucesso, que possam de alguma forma ser fonte inspiradora para que os nossos alunos sejam no futuro também eles criadores de conhecimento e inovação? Difundir localmente e em rede, a produção de novos conhecimentos, do saber fazer e das boas praticas, através de workshops, acções de formação ou sensibilização e seminários. Promover o desenvolvimento de parcerias com organizações para ligar o sistema educativo, a indústria e o mercado, numa perspetiva de educação empreendedora. Criar parcerias/protocolos com o sistema científico e tecnológico, sejam Universidades ou Politécnicos para o incentivo da criação de projetos diferenciadores e com mais-valias diretas para o concelho e para o seu tecido económico.

As autarquias locais têm um papel fundamental como pólo agregador, para promoção da cooperação e interação de equipas multidisciplinares, que integrem investigadores, instituições públicas, terceiro setor, empresas e cidadãos para que se possa construir soluções para a resolução dos grandes desafios do nosso tempo, nas áreas da energia, da segurança alimentar, das alterações climáticas e da preservação do ambiente! Sempre na perspetiva de um mundo melhor e mais justo."

De seguida, o presidente da mesa da assembleia deu a apalavra à bancada do CDS que declinou o convite.

Passou-se, então, o tempo de intervenções para a bancada do PSD, que iniciou com a exposição do membro Guilherme Duarte, que se transcreve:

"Exmo. Sr presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr presidente do executivo municipal

Srs deputados,

Comunicação social.

Na passada sessão da Assembleia municipal, em nome da bancada parlamentar do PSD, pronunciei-me acerca da capacidade do Governo, em debater e promover políticas concretas e eficazes na área da educação.

Um tema, que hoje, volto a trazer a esta assembleia, faço-o de uma forma responsável, mas acima de tudo preocupado com a falta de estratégia da atual Governação.

Divido a minha intervenção, em dois contextos diferentes, num mais nacional que também afeta a nossa região, outro mais local, de forma a elucidar aqueles que ainda acham que o governo central não falha no que toca às políticas de educação para o país.

Antes do arranque do Ano letivo, já para não falar da salgalhada ou instrumentalização da classe dos professores, como lhe queiram chamar, se bem sabem, e de acordo com os dados divulgados pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), são residuais as vagas ainda disponíveis em Lisboa e Porto, são cerca de uma dezena de vagas.

A maioria dos 5.254 lugares vagos, que sobraram das candidaturas da 1ª e 2ª fase de acesso ao ensino superior, encontram-se nas instituições que o Governo pretendia beneficiar, as instituições do interior.

A medida anunciada impôs cortar 1.100 vagas nas instituições das duas maiores cidades do país, tentando contribuir para uma maior coesão territorial, estimulando a procura de universidades e politécnicos localizados no interior do país.

O corte de vagas em Lisboa e no Porto foi uma decisão polémica do atual ministro e que tinha como principal objetivo levar mais alunos para o Interior. No entanto, as universidades e politécnicos do Litoral não foram afetados pelos cortes e acabaram por ser estes os mais beneficiados na sequência dos cortes de 5% nas duas maiores cidades do país.

A medida acabou por se traduzir numa redistribuição de vagas em instituições que não apresentavam qualquer problema ao nível de procura e nem se localizam em zonas demograficamente pressionadas, como as de Coimbra, Minho ou Aveiro.

No distrito de Viseu, a sua instituição universitária, o Politécnico de Viseu, em nada beneficiou com esta medida.

Foi, mais uma vez, uma estratégia falhada do governo.

Mas para piorar ainda mais, é impensável, num estado de direito que hoje vivemos, em que desejamos igualdade social, que haja atrasos no pagamento de bolsas nos politécnicos do interior e muito menos que façam campanha política com a atribuição de 1605 bolsas de estudo no âmbito do programa "+superior, para quem estuda em instituições do interior", sabendo que no passado existiam 3690 bolsas de estudo ativas.

Questiono: é esta a estratégia que o Governo tem para atrair mais jovens para as universidades e politécnicos do interior?

Bem, a irresponsabilidade e falta de visão estratégica para o país é bem notória aquando o PS assume funções no Governo central.

Num contexto mais local, as políticas educativas do governo central continuam a falhar. Se bem se lembram, foi colocada em cima da mesa, no passado, a hipótese de poder delegar competências para as autarquias na área da educação. O Concelho de Tondela foi um dos concelhos que poderia receber este projeto piloto. O Sr. Presidente da Camara Municipal de Tondela, Dr. José António de Jesus, fez questão de explicar e debater esta hipótese para o nosso território, e bem!!! Infelizmente, o PS, por politiquice, quis sempre chamar a este processo Municipalização da educação…coisas bem distintas como devem saber.

Muitos de vós, já se devem ter apercebido, da que eu designo de "delegação de competências informal", informal porque hoje o município substitui-se às funções e obrigações da responsabilidade do estado central, sem delegação formal.

Caros deputados, o governo não delegou nos municípios a aquisição do pessoal não docente, mas o município deu resposta a isso, para bem da comunidade estudantil, sim porque é impensável que hoje haja critérios de contratação de funcionários para as escolas que digam que por cada 48 alunos, o rácio é de um funcionário. A hipótese do passado, nisso defendia o interesse dos alunos, apresentando um rácio bastante inferior ao atual, mas hoje é o Município de Tondela que assegura essas irresponsabilidades e inabilidades do governo central.

O Governo falhou, falha e continuará a falhar.

Caros deputados, a educação, para nós, deverá ser um tema debatido de forma responsável, estruturada e organizada, não com politiquices e ambições eleitoralistas."

De seguida, interveio o membro Regina Coimbra, com a intervenção que se transcreve:

"Bom Dia,

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e todos os presentes!

Na Assembleia Municipal de Junho de 2018 foi referido o problema sentido com a falta de recursos humanos, nomeadamente, de enfermeiros!

É do conhecimento geral, as dificuldades sentidas nos Serviços de Saúde!

A preocupação com a degradação potencial dos cuidados de saúde, falta de enfermeiros, médicos, e técnicos, até aos elevados tempos de espera por uma consulta, ou à falta de aparelhos e técnicos para operar os que existem. Este é um assunto de extrema preocupação, na medida em que coloca em causa o bem-estar de todos nós numa área tão sensível como a saúde.

A nossa preocupação vai de encontro à manifestada pelos profissionais de saúde, pelo estado grave que vive a saúde, nomeadamente o nosso Centro Hospitalar Tondela Viseu. A grave carência de enfermeiros no CHTV é um facto e não uma suposição, pois para fazer face as mais de 30.000 horas excedentárias e, também, para garantir a continuidade dos serviços com qualidade após a reposição das 35 horas de trabalho e suprimir carências existentes, seriam necessários mais 100 enfermeiros.

Há quanto tempo se espera decisão do Ministério da Saúde? E, sabendo destas dificuldades e necessidades extremas, porque não solicitou o Conselho de Administração os 100 enfermeiros necessários, já que a reserva de recrutamento tem bastantes profissionais disponíveis para entrada imediata no CHTV?. É muito preocupante e crítico reduzir-se o número de enfermeiros das urgências, chegando ao cúmulo de estarem dois enfermeiros num turno.

Perante o que se vive, ninguém acredita que o Governo está a gerir as necessidades dos serviços de enfermagem do CHTV.

Outra pergunta que queremos ver respondida é se assegura que o rácio profissional de saúde/doente no Centro Hospitalar Tondela-Viseu é o adequado, que a segurança dos utentes e a qualidade dos cuidados prestados não está, nem estará, em causa.

Também não iremos esquecer que se impõe que ocorram obras no Centro de Saúde de Tondela, não desistiremos desta meta, apesar de continuar a não ser uma prioridade para o Governo.

Não desistiremos também de lutar para que o Serviço de Radioterapia seja uma realidade e não uma promessa eleitoral! Promessa eleitoral, sim! Pois até ao momento não passou disso mesmo!

Obrigada!"

Continuados os trabalhos, o membro Belmiro Gomes tomou da palavra:

"Muito bom dia.

Cumprimento com amizade o senhor presidente e senhores secretários da mesa,

Senhores e senhoras deputados.

O tema que, hoje, aqui me traz é sobre a iluminação pública. Campo de Besteiros está a ser alvo de uma situação insólita, porque não vejo colegas presidentes de junta manifestarem-se neste tom ou sobre este problema, de falta de iluminação pública em muitas artérias da vila. Nós, junta de freguesia, temo-nos focado em particular em duas a três zonas mais sensíveis da vila, de mais movimento e é constrangedor o que se verifica. Não foi, ontem nem na semana passada detetado o assunto. O mesmo já se arrasta há meses, que é uma situação fracamente incompreensível. Campo de Besteiros tem parte da sua iluminação pública desligada. Podem chamar avaria, religação ou o que quiserem, o tema já foi transmitido as entidades competentes variadíssimas vezes e das variadas formas. Estamos cansados de falar nisto, porque infelizmente a minha freguesia, dos problemas que vive mais com imediato é a falar de iluminação. Temos troços, em que

seis lâmpadas se encontram desligadas, noutra zona são cinco seguidas. Numa das localidades de cerca de dezassete candeeiros existentes, só quatro se encontram ligados. Na avenida principal, numa zona seis lâmpadas seguidas encontram-se desligadas. Para além das outras situações pontuais, onde candeeiro sim candeeiro não, está desligado. Tudo isto, afeta-nos, porque não temos resposta para das aos cidadãos. O que vinha solicitar ao senhor presidente, era que devolva às freguesias aquilo que lhes foi retirado. Muito obrigado."

Continuou os trabalhos, o membro Vera Machado com a moção conjunta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que se transcreve:

"Antes de começar a minha intervenção, e honrando um compromisso com os deputados do Grupo Parlamentar Socialista com assento nesta Assembleia, vou passar a ler uma Moção conjunta relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e que proponho que se coloque à votação."

"MOÇÃO

Considerando que é unanime que o custo da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, além de representar mais uma despesa sobre os agregados familiares, representa uma profunda injustiça para todos os consumidores que contratualizam os serviços e suportam ainda as taxas de passagem nos seus territórios;

Considerando que a Câmara Municipal pode suspender a fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem até que o quadro legal seja alterado pelo governo;

Considerando que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem é um custo que deverá ser suportado pelas empresas operadoras de infraestruturas;

Considerando que os consumidores finais não deverão ver refletido na sua fatura essas taxas relativas aos serviços/produtos que esses mesmos operadores fornecem;

Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2018 no seu nº 3 do artigo 85º estabelecia que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem "são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas nas faturas dos consumidores";

Considerando que essa pretensão foi adiada, na medida em que o Decreto-Lei 25/2017 de 3 de março, que compila as normas do Orçamento de Estado, veio fazer depender a repercussão dessas taxas de eventual iniciativa do governo de alteração do quadro legal em vigor.

Neste sentido, os Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata e Partido Socialista vêm propor a votação da seguinte moção em sede de Assembleia Municipal de Tondela:

- A Câmara Municipal de Tondela suspenda a fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem até que o quadro legal venha a ser alterado pelo Governo.

- Recomendação ao governo para que proponha a alteração rapidamente do Quadro Legal em vigor e faça aplicar a norma que reflete os custos da referida taxa nas empresas operadoras de infraestruturas.

Cópia:

Gabinete do Primeiro-Ministro

Presidência do Conselho de Ministros

Assembleia da República (Grupos Parlamentares)"

Continuou os trabalhos, com a intervenção, que se transcreve:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e executivo,

Senhores Deputados,

Comunicação Social,

Senhores Deputados, e no seguimento do documento que acabei de ler, o nosso governo central tem uma matriz que é clara para todos do ponto de vista de atuação.

António Costa e o seu elenco governamental, e admito que não seja defeito e seja mesmo feitio, tem a tendência de anunciar ideias, obras, medidas, pactos, enfim, uma panóplia infindável de intenções, das quais faz uma propaganda como se estivéssemos perante os maiores feitos da história democrática portuguesa, e como sempre a sua capacidade de concretização e materialização é nula, ou seja a montanha pariu um rato.

A Taxa Municipal dos Direitos de Passagem é apenas um pequeno exemplo dessa "dita" justiça de esquerda contra os lobbies e as grandes operadoras de comunicação, aliás o ponto de honra é que esses custos fossem imputados às empresas, e?

No caso do Concelho de Tondela terá que ser a Câmara Municipal a assumir essa taxa.

Mas esse jeito para os grandes momentos de comunicação, carregados de pompa e circunstância não se ficam por esta temática.

Basta olhar para a descentralização.

E caros amigos, tenho pena que estejamos a desperdiçar mais uma oportunidade.

O Partido Social Democrata e bem, honrou o compromisso firmado com Sua Excelência o Senhor Presidente da República e com o Governo da Nação fixando dois pactos de regime, um relacionado com os Fundos Comunitários outro com a Descentralização de Competências.

E nessa matéria assistimos in loco, com toda a eloquência, ao reanúncio formal de uma Lei Quadro, aliás não há ministro que não pronuncie a palavra descentralização quando vem ao interior.

Mas não passou de propaganda, não há diplomas setoriais em áreas cruciais à coesão territorial.

Ou será talvez uma questão de léxico, talvez entendam o poder de proximidade como mera transferência de responsabilidades administrativas.

Descentralização representa decidir, gerir e assumir a responsabilidade das opções tomadas.

E nesta matéria não há geringonça que lhes valha, porque as condições foram-lhes dadas, a aprovação está assegurada e a vontade reformadora foi-lhes transmitida.

Aliás a tentativa de descentralizar o Infarmed do litoral para o litoral é apenas um exemplo da não capacidade de concretização desta ideia que é fundamental para um país tão assimétrico.

Penso que teremos que ir muito mais longe, porque não basta falar-se em autonomia, tem que se acreditar convictamente que este é o caminho.

Olhe-se para a saúde, a educação, áreas em que a proximidade é diferenciadora, em que a atuação do poder político pode realmente influenciar a vida das pessoas, e mais uma vez se mantém tudo centralizado.

Onde estão os diplomas referentes a estes sectores?

E os envelopes financeiros?

Estão as condições asseguradas, ou o propósito é apenas transferir os problemas que não foram capazes de solucionar para a esfera das autarquias?

Provavelmente, e aí com certeza sem propaganda, iriam transmitir a propriedade de extensões de saúde sem condições, escolas completamente degradadas e, para não fugir à regra, sem auxiliares, sem técnicos, e com o emaranhado de diplomas e órgãos, ainda encontraríamos alguma granada perdida nestes edifícios.

Resta-nos olhar para os taxistas, porque até eles clamam por mais autonomia municipal.

Senhores deputados, nós não acreditamos nesta descentralização.

Descentralização é dar autonomia e decisão a quem é próximo, mas dá-la de forma responsável, com condições, quer do ponto de vista dos recursos humanos, edificado e financeiro.

Descentralização não é um capricho de autarcas, descentralização é proximidade, é equidade, é eficiência e é sobretudo um instrumento crucial para o desenvolvimento coeso das nossas comunidades."

O membro António José Dias continuou os trabalhos, com a intervenção que se transcreve:

"Que Futuro para o Ensino Profissional

As Escolas Profissionais foram criadas há cerca de 30 anos, em estreita cooperação com várias entidades públicas e privadas (autarquias, cooperativas, empresas, sindicatos, associações, fundações, instituições de solidariedade social), tentando capitalizar estruturas e recursos disponíveis nos territórios onde se instalaram, com o objetivo principal de promover a qualificação dos recursos humanos face ao desafio do desenvolvimento económico e social que se pretendia para o País.

É reconhecido o forte contributo que as Escolas Profissionais têm dado para a qualificação de um número muito significativo de jovens quadros intermédios. E, que a qualificação destes jovens tem contribuído de forma decisiva para a fixação de mão-de-obra qualificada no nosso território, sendo também uma mais-valia para a economia.

No entanto, ainda continuamos muito atrasados em relação a outros países europeus, facto que se espera que venha a ser alterado nos próximos anos, até porque o ensino profissionalizante facilita uma integração mais rápida dos jovens no mercado de trabalho.

Atualmente, o ensino profissional é um setor educativo com cerca de 40% da formação no ensino secundário, (a meta prevista até 2020 é de 50%).

A aposta no ensino profissional é, pois, uma opção estruturante do ensino em Portugal, até porque fomenta a ligação entre a escola e o mercado de trabalho.

O futuro do ensino profissional e profissionalizante deve ser planeado tendo em consideração:

1 - A evolução demográfica;

2 – A melhoria da orientação vocacional e encaminhamento tendo por base as diferentes ofertas de educação e formação profissional, as possibilidades de prosseguimento de estudos e as oportunidades de emprego, procurando adequar as opções

aos perfis de qualificação, às necessidades, às motivações, às expectativas e capacidades individuais;

3 - A rentabilização dos investimentos realizados nas estruturas, nos equipamentos e nos recursos físicos e humanos disponíveis;

4 - A localização das escolas com as ofertas qualificantes adequadas para dar resposta às necessidades da economia e do mercado de trabalho local, regional e nacional.

No nosso território têm sido dados passos muito importantes pela CIM Viseu Dão Lafões em articulação com a ANQEP-Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional e a DGEstE- Direção Geral de Estabelecimentos do Centro, promovendo reuniões da Rede de Escolas, para ajustamento de ofertas de Cursos Profissionais, em função das necessidades de recursos humanos qualificados identificados através do SANQ-Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação.

O processo de planeamento e definição desta rede de oferta de educação e formação prevê que a capacidade instalada em cada território seja maximizada, evitando redundâncias, duplicação de investimentos e a concorrência entre operadores de formação, ou seja, evitar que as escolas ofereçam os mesmos cursos.

Este é um trabalho que deverá ser mais aprofundado e criterioso, pois continua-se a permitir a duplicação da oferta de cursos profissionais que já existem no território, em escolas vizinhas. E, se no imediato não cria problemas, com certeza que a médio/curto prazo vai criá-los, por um lado, devido à redução demográfica, há menos jovens e por outro, porque inviabiliza os investimentos realizados em infraestruturas, equipamentos e na formação de professores/formadores.

No nosso território, a diminuição demográfica é um condicionalismo que temos sentido bastante nos últimos dois a três anos.

No ato da matrícula e na constituição de turmas, verifica-se a retenção do processo individual de alunos na sua escola de origem, sendo por vezes necessária a intervenção da DGEstE-Direção Geral de Estabelecimentos do Centro, para desbloquear estas situações. Hoje todos os estabelecimentos de ensino lutam para ter alunos. Mas não vale

tudo, pois ao tentar reter alunos, ficam as dúvidas sobre a forma como são orientados vocacionalmente estes alunos.

Outro dos condicionalismos que deve ser melhorado é a mobilidade dentro do nosso território. Há jovens que vivem em localidades que distam de uma escola, com a oferta formativa pretendida, a cerca de 20 ou 30 Km, mas não existe rede de transporte ou quando existe não têm horário compatível.

Enquanto que os jovens do nosso concelho, por exemplo, residentes em S. João do Monte, têm um passe superior aos 12,5% do IAS, mais caro que o passe em Lisboa, os nossos alunos só têm transporte, nos dias úteis, de manhã e ao fim do dia e em tempo de aulas, os que residem na área metropolitana de Lisboa, com um passe mais barato, têm vários tipos de transporte a qualquer hora, todos os dias, domingos e feriados. Não é justo e não é assim que se combate a diminuição demográfica.

A título de exemplo: se na nossa CIM tivermos um aluno do Sul (Tondela) que após a orientação vocacional e encaminhamento pretenda frequentar um curso que só existe numa escola a norte da CIM (Castro Daire), independentemente de o aluno poder ficar alojado, o mesmo não tem sequer transporte para se deslocar ao fim de semana. Estes são exemplos de fatores que não permitem que muitos alunos acedam a cursos com a qualificação pretendida.

Na maioria dos casos vão frequentar cursos para os quais não têm sequer vocação.

Estes condicionalismos não contribuem para melhorar:

1 – O combate ao insucesso escolar;

2 – A redução do abandono escolar;

3 – A recuperação de jovens com percursos de insucesso (que se encontram na escola ou que já a abandonaram);

4 – A qualificação de jovens;

5 – A melhoria do aproveitamento escolar.

Como consequência:

1 – Não se rentabiliza o investimento realizado na educação;

2 – Não se contribui para dar resposta às necessidades dos diferentes setores da economia e do mercado de trabalho;

3 – Não responde à falta de quadros intermédios qualificados e pode condicionar a continuidade e a criação de novas empresas;

4 – Não se contribui para a fixação de população no território, com consequências na evolução demográfica.

Falta uma Lei do Financiamento

O modelo de financiamento das Escolas Profissionais, continua, quase 30 anos após a sua criação, a ter regras idênticas às de qualquer ação de formação, a que se candidata uma qualquer empresa promotora de formação.

As Escolas Profissionais são tratadas de forma diferente dos restantes estabelecimentos de ensino, apesar de lhes ser exigida a mesma resposta e também estarem sujeitos à tutela científica e pedagógica do Ministério da Educação e a outras auditorias, nomeadamente, do POCH e FSE. São tratadas como empresas beneficiárias da formação, que têm de adiantar o seu próprio investimento.

Estas regras de financiamento não se coadunam com os objetivos dos Projetos Educativos de ciclos de formação trienais a que estas escolas estão obrigadas, passando constantemente, por situações de verdadeiro estrangulamento financeiro. É inadmissível que após estes 30 anos de funcionamento das Escolas Profissionais, com o reconhecimento público do contributo que as mesmas têm dado para qualificação de quadros intermédios, não exista ainda um quadro normativo que regule o financiamento destas.

Muitas escolas estão com muita frequência sem meios financeiros para satisfazerem os seus compromissos permanentes.

Esta situação é bastante contraditória, com o enaltecimento e valorização (nos discursos) que têm vindo a ser feitos ao longo dos anos pelos sucessivos Governos e pelo Ministério da Educação em torno do ensino profissional, colocando, mesmo, em risco, a

qualidade do ensino destas escolas, todo o trabalho desenvolvido nestes anos e, até mesmo, o seu funcionamento. Há escolas que já tiveram de fechar as suas portas em parte por estes motivos.

O Ensino Profissional e outras ofertas qualificantes devem valorizadas e ser assumidas, inequivocamente, por qualquer governo, como um vetor estratégico para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento dos cidadãos, da economia e do País.

Portanto, a oferta de Cursos Profissionais e de outras ofertas para os mais jovens (Cursos de Educação e Formação-CEF ou outra modalidade de formação), estes sim como forma de combate ao insucesso e abandono escolar, devem ter uma forte expressão no ensino e educação em Portugal."

De seguida, foi dada a palavra ao membro Arménio Marques que interveio:

"Senhores presidentes, respetiva mesa, senhores deputados, assembleia geral.

Venho, aqui, só para pedir à câmara para resolver dois problemas, que julgo afetarem o público em geral.

Atendendo que passeio muito pela cidade de Tondela, constato erros que há muito existem. Há uma caixa de saneamento, perto do BPI, está muito elevada.

A câmara preocupa-se em ter uma boa cidade e dizer que é "bom viver em Tondela". Tudo bem. É isso que todos gostamos. Para isso é necessário dar mobilidade e boa sinalização. Há determinadas passadeiras que à noite, não têm a devida iluminação.

Existe, igualmente, um sinal de sentido obrigatório, perto do café Vitória, danificado. Há necessidade de o alterar. Muito obrigado."

De seguida o membro Rui Santos interveio,

"Em primeiro lugar, quero dizer de forma clara que não sou advogado do governo. Sou membro do Partido Socialista: fundador. Este governo, como todos os outros governos fazem asneiras. Fazem coisas certas, uns mais do que outros, umas adequam-se mais, outras não. Mas, é bom que as vezes pensemos bem naquilo que estamos a dizer.

Quero começar pelo senhor deputado Guilherme, naquilo que referiu em relação ao ensino superior. A opção de desviar vagas de Lisboa e Porto, curiosamente, é uma medida que nunca resultará no primeiro, nem no segundo ano, de forma completa. Mas, é uma das poucas medidas que de alguma forma pode potenciar a alguma deslocação de gente mais nova para o interior. E vai potenciar. Já agora, como falou nas vagas, se calhar não sabe que costuma haver três fases de colocações no ensino superior. Que em todos os anos as vagas que existem na generalidade, e que depois acabam por não serem todas preenchidas, nas instituições do interior, nomeadamente Politécnicos, têm sido preenchidas nas candidaturas da terceira fase. É bom que se lembre disso. Esta medida que o governo tomou, faz parte de um pacote de medidas de promoção do interior. Todas serão discutíveis, nós não temos a virtude.

Já agora em relação à saúde, o levantamento que foi feito no Centro Hospitalar Tondela Viseu apontava, quando fosse generalizado para além das saídas que houve dos enfermeiros que vieram para o Centro de Saúde, que também aí são necessários e é que preciso que sejam substituídos, estamos de acordo, os dados apontavam para uma necessidade de sessenta e três a sessenta e cinco enfermeiros, com a generalização do horário das 35 semanais. Acho que havendo menos horas de serviço pode-se trabalhar melhor. Mas, muitos enfermeiros querem as 35 horas e vão fazer depois mais umas 15 horas no privado e para aí já não é cansativo. Isto é só para lembrar que às vezes estamos a defender os nossos interesses individuais.

Mas, queria aqui levantar uma questão, por vezes durante a vigência do governo anterior, a urgência básica de Tondela funcionou sem médico, o que é uma coisa muito complicada e nunca ouvia aqui referir-se a isso. Não foi sempre, mas aconteceu.

Já agora, fui o primeiro autor dessa proposta num congresso do PS feito no Caramulo, há cerca de sete anos, e há pouco tempo o fiz saber a quem tem responsabilidades nessa matéria, o problema não é o serviço de radioterapia no Centro Hospitalar Tondela Viseu, é mais do que isso, é de um Centro Oncológico. A radioterapia é apenas uma das componentes desse serviço. É por isso que julgo que nos devemos debater, de forma clara que é aquilo que tenho feito. Há uns concursos, mas o facto é que ainda não avançou. Deveria ter avançado. Mas, o curioso é que antes nem se falava nisso.

Na minha opinião já deveria estar a andar, sobretudo para evitar que doentes em situação grave, até porque traz custos associados, se desloquem para Coimbra ou para outro local, para fazerem tratamentos. O problema não é só e exclusivamente da radioterapia, é mais do que isso. Há uma série de outras componentes, algumas das quais que parcialmente já são feitas no Centro Hospitalar, nomeadamente as componentes ligadas à quimioterapia.

Às vezes quer-se fazer destas assembleias uma espécie de camaras de eco do que se diz na imprensa. Até estava à espera que viessem outros problemas.

Quanto à questão da descentralização, temos na nossa ordem de trabalhos um assunto para "outros assunto de interesses para o concelho", pelo que depois falaremos nisso. Muito obrigado."

De seguida, o senhor presidente da câmara solicitou ao senhor presidente da mesa da assembleia a introdução de um novo ponto na agenda de traabalhos:

"Análise, discussão e autorização de reprogramação do PPI 2008 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019 da empreitada para "Sistema de abastecimento de água ao domicílio e saneamento ao Caramulo" em cumprimento do disposto no artigo 22 do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho e nos artigos 6º, nº1 alínea c) da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho e para efeitos do nº 2 do artigo 51 da Lei 73/213 de 3 de setembro".

E justificou:

"Muito bom dia a todos.

Começava pedindo desculpas pelo atraso, mas deveu-se a uma reunião de câmara extraordinária que ocorreu.

A solicitação deste ponto deve-se ao facto de estarmos a ultimar esta obra a concurso. Para ser revisto, face às condicionantes extremamente difíceis desta obra, o valor global da mesma é de 2,6 milhões de euros, pelo que a sua execução financeira não terá impacto financeiro antes de 2019. O que quer dizer que no atual Plano de Atividades, no PPI, esta obra estava projetada a 2018 e 2019. Ao estar a reescalonar a sua execução,

ela terá impacto financeiro em 2019 e 2020. É bem verdade que o presidente da câmara tem competências delegadas para fazer alterações orçamentais. Mas, por bom entendimento cautelar pode ser útil que a própria assembleia se pronuncie sobre esta reprogramação do PPI, no que diz respeito a esta obra. Nestes termos, diz o nº 3 do artigo 55 do anexo 1 da Lei 75/2013, que se tratando de uma sessão ordinária na área deste órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre outros assuntos não incluídos na Ordem do Dia. Ora, é essa a questão que se coloca, saber se 2/3 da assembleia concorda com a introdução deste ponto e a concordarem, o que ele em concreto pretende é que a assembleia confirme esta autorização de reprogramação do PPI no que diz respeito em concreto a esta obra."

Foi dada a palavra ao membro Rui Santos:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros deputados.

Não nos iremos opor à introdução deste ponto na ordem de trabalhos, dado que estamos aqui para procurar soluções que ajudem a resolver problemas do concelho. Mas, não é a melhor solução recebermos um documento que nem tivemos tempo de ler, apreciar ou comparar soluções para votar. Isto não representa nenhuma desconfiança especial em relação às pessoas. Estamos a falar em princípios de funcionamento nua assembleia como esta. Iremos, obviamente, votar a favor da introdução do ponto, mas achamos que esta é uma situação que não pode estar a repetir-se se houver outras situações destas."

Após a devida votação, o ponto que ficou ordenado com o nº 2.8, foi introduzido com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Susana Simões, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José

Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que explicitou:

"Senhor presidente, digníssima mesa, senhores deputados, comunicação social e público aqui presente. A todos saúdo e reitero os cumprimentos.

Não se crie qualquer ilusão de que a introdução de um ponto se reveste de alguma inconformidade processual ou legal. A Lei prevê que sempre que dois terços da assembleia assim o considere possa existir a inclusão de um ponto numa sessão ordinária. O que está em causa é concordar ou não com a reprogramação do PPI. Gostamos de esclarecer tudo, no caso em concreto até poderia ser dispensável esta prenuncia da assembleia, mas queremos reforçá-la para que não haja qualquer entrave no futuro na apreciação e na submissão aos órgãos de controlo e fiscalização que se possa pronunciar sobre esta questão.

Ninguém é defensor do governo, pelo menos ninguém está mandatado para isso, mas acima de tudo temos de ser defensor das nossas convicções. Na saúde, não pode ter a pintura que se lhe quer dar. O Serviço de Urgência Básica de Tondela, há vários anos, é um serviço contratado, externalizado, a uma empresa que tem um prestador de serviços, cujo médico, não interessa a filiação partidária, mas todos o conhecem. É uma empresa que estava no passado e que hoje se mantêm, não vi aqui nenhuma reversão ideológica sobre esta matéria. Porque é que as opções de gestão têm de ser explicadas, como foram no passado? Sim, há ocorrências que no passado, na mudança de turnos, pontualmente, numa ou noutra circunstância, o médico não estava à hora que deveria estar. Como, hoje, ainda acontece, por exemplo ontem o médico que estava de serviço, era argentino ou venezuelano, e a prescrição está meio em português, e em espanhol. Mas, isso não é a minha preocupação. A minha preocupação é o cuidado da prestação de serviço. Hoje temos, está demonstrado, na área de enfermagem menos recursos do que aquilo que tínhamos há dois anos. O sistema hospitalar de Tondela e Viseu tem à cabeça uma quebra de dez profissionais que saíram por opção para o serviço básico de saúde, dez já faltavam o que fez que passaram a ser vinte, agonizando-se tudo com a introdução das 35 horas semanais. Não são os profissionais

que vêm fazer 15 ou 20 horas ao privado, há muitos profissionais que têm as 35 horas e estão a fazer horas extraordinárias dentro da rede hospitalar. E os outros profissionais da função pública, da segurança, da proteção civil, quando é que passam a ter as 35 horas? Não tenho nenhuma questão ideológica sobre isto, tenho é princípios de equidade.

O que falta para que o centro oncológico avance? Houve um Secretário de Estado, Manuel Delgado, que veio lançar a obra, discutia-se na altura se era um canal ou dois canais, em termos dos aceleradores lineares, isto foi a discussão há dois anos. O que falta para que a obras ocorra? Financiamento. Saber se o modelo de financiamento é um modelo apoiado e financiado pelo Centro Hospitalar EPE ou se é pelo Orçamento de Estado.

Vou ainda mais longe, com outra obra, onde não há razões nenhumas para que hoje não esteja feita, ampliação do serviço de urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu – Hospital São Teotónio. Esta obra de há três anos a esta parte tem o financiamento garantido no que diz respeito a 85%, porque está mapeada nos fundos comunitários, que a CIM colocou nesse mapeamento. Porque é que esta obra de mais de 4 milhões de euros não avança? Não há razões objetivas para que esta obra não avance, a não ser a circunstância do Estado Português não ter 15% para cofinanciar a componente nacional.

Todos temos responsabilidades no passado, outros têm no presente, outros terão no futuro. Ninguém aqui quer carregar a cruz, mas também não quer aliviar aquela que é a nossa cruz. Em boa verdade, nós tivemos na área da saúde a turbulência como nunca vista. Tivemos um conjunto de diretores clínicos e de responsáveis de serviços a demitirem-se em bloco. Tivemos uma presidente da ARS que veio servir de mediadora para que estas pessoas mantivessem os seus postos de trabalho. Tivemos por fim, a nomeação de uma diretora clinica que foi a mesma que esteve no conselho de administração anterior e diria que não poderia haver melhor tributo e prestação de homenagem ao conselho de administração anterior que não fosse ir buscar a diretora clínica que então lá esteve para agora criasse condições para que houvesse paz no meio dos profissionais da saúde. Esta é a verdade dos factos. Nisto temos sentido responsabilidade, temos sentido de cooperação. A não ser quando está em causa a qualidade do serviço, não nos vêm criar condições politicas sobre esta matéria. Agora não queiram fazer querer que a solução, hoje, na urgência básica de Tondela é diferente da que existia no passado. A empresa é a mesma.

Sobre descentralização, quando for o dia e o tempo cá estaremos para conversar. Não confundo descentralização, com aqueles que no passado quiseram confundir com municipalização. Como se essa palavra diabólica, carregasse por si e atrás de si uma semântica

de usurpação de poder. Estamos cá disponíveis para esse debate quando for. Mas, também queremos pedir responsabilidades quando aí chegarmos.

Ensino profissional, é uma questão que nos deve preocupar a todos, principalmente quando hoje 50% dos alunos estão no ensino secundário no país e já frequentam ensino profissional e quando as escolas ditas secundárias passaram a ter a mesma oferta concorrencial. E, hoje devido à natalidade, porque há menos alunos, consequentemente há uma disputa de alunos ditos de estabelecimentos públicos e profissional particular e cooperativo. A isto se agrava a situação de este ano, só há oito dias abriram os concursos para que as entidades do ensino particular e cooperativo possam submeter as candidaturas para financiamento de um ano letivo, que já vai com um mês. Acho que isto diz alguma coisa. Isto é um constrangimento sem igualdade competitiva. Numa escola ou num agrupamento de escolas, os professores e funcionários estão a ser pagos pelo Orçamento de Estado, têm recursos para poder gerir, algo que no particular e cooperativo não é bem assim. A nossa região precisa de facto fazer uma avaliação, nós próprios enquanto autarquia e nós enquanto assembleia municipal deveremos saber qual o grau de financiamento que estamos disponíveis a poder cooperar, porque ter ensino profissional é um fator competitivo no nosso território, nomeadamente nas áreas em que ele se diferencia, na área tecnológica, no automatismo, robótica, manutenção eletromecânica. Nessas áreas em concreto precisamos ter essa diferenciação. Admito que nas áreas: de informática, secretariado, restauração, aí a oferta dita púbica é suficiente. Agora, temos de diferenciar e pagar o que queremos ter pela diferenciação. O nosso território para manter o ritmo competitivo que tem do ponto de vista empresarial precisa de técnicos qualificados nestas áreas, nomeadamente nas áreas cientificas. É uma reflexão que teremos de fazer, com este pragmatismo, não é possível ter as mesmas soluções, quando hoje temos cerca de 800 alunos no 1º ciclo e quando há 15 anos atrás tínhamos 1 300. Alguma coisa tem de mudar. As regras e os modelos de funcionamento têm de se adaptar. Ignorar isto é não ver um problema. Mas não olhar para o problema é não ver o futuro.

Nas questões colocadas pelo senhor Arménio, vou mandar avaliar as mesmas. A sinalização das passadeiras é uma preocupação. Estamos a ultimar a adjudicação de alguns sistemas de iluminação para reforçar a iluminação em algumas passadeiras, como é o caso da passadeira na rua Eurico José Gouveia. Estamos atentos e a analisar as situações colocadas pelo senhor presidente da junta de freguesia de Campo de Besteiros.

Sobre as matérias que tínhamos remetidos no relatório de atividades, aponta para 4 domínios de reflexão, um deles prende-se com o processo de recuperação de habitações próprias

e permanentes, da estrema dificuldade da condução deste processo, da exigência absoluta que ele determina e do grau de exposição que no país se verifica. Ora se condena quem porventura não observou se era ou não primeira habitação, ora se condena quem foi escrupuloso, exigente e por essa mesma razão na dúvida deixou uma casa sem apoio. Depois há aquilo que os senhores conhecem que se chama especulação e exploração jornalística, que aqui não comento. Do nosso lado, o que me importa aqui dizer, o concelho de Tondela continua e tem, praticamente um quarto de todas as habitações próprias e permanentes, reconstruídas da região centro. Este número, julgo ser bastante esclarecedor para percebermos a permanente interação deste processo complexo. Há famílias que ainda não viram a sua habitação própria e permanente reconstruída, porque ou não conseguiram entregar documentos comprovativos da propriedade, atendendo que é necessário exibir o registo predial, o que não tem sido fácil em certos casos, pois muitos têm necessidade de fazer tratos sucessivos. Na dúvida, não se inicia o processo enquanto não estiver demonstrado esta legitimidade. Hoje temos cerca de 54 reconstruções totais a decorrer ao mesmo tempo, em vários locais.

Haverá famílias que apesar de terem a habitação própria e permanente e viverem no dia 15 de outubro naquele local, não vão ter apoio através deste programa. Exemplificando com um caso neste concelho, que tem cerca 13 herdeiros, havendo um deles que não se dá com os demais ou não estar cá e ninguém saber dele. É razão suficiente, atendendo que nem todos estão a concordar com a intervenção e condição necessária para que não possa prosseguir o apoio. De facto, é um problema social, pelo que termos de com os nossos recursos, conta solidária ou outros meios, promover essa intervenção.

A propósito da conta solidária e para que todos saibam o que estamos a fazer, tínhamos 54 000€, antes do saldo da Ficton, ao qual se adiciona de cerca 24 000€, depois de pagamento de impostos, que resultam das bilheteiras da Ficton. Hoje a mesma representa cerca de 84 000€, o que é insuficiente para os apoios que ainda vamos ter de continuar a fazer.

Apesar de todo este rigor, não estamos sujeitos a que não haja desconfiança de um caso. Quando assim for, somos os primeiros a esclarecer e não deixar qualquer dúvida sobre isso, porque temos a consciência de estarmos a fazer tudo para não termos dúvidas sobre as nossas opções.

No que diz respeito ao nosso ano letivo, ele está a decorrer com a relativa normalidade, sem deixar de referir que há um conjunto de recursos humanos que não sendo da nossa responsabilidade direta, ma porque somos responsáveis no 1º ciclo pelo transporte escolar dos

alunos se estiverem a mais de 4 km da escola, somos responsáveis pela prestação do apoio nas refeições e eventual apoio de recursos humanos nesse bloco, entre as 12h e as 13h30. Fora isso, não somos responsáveis: pela limpeza dos estabelecimentos escolares do 1º ciclo, pela existência de recursos humanos para que os intervalos sejam acompanhados por auxiliares da ação educativa, pela colocação de pessoas para suporte da ação educativa. Não é essa a nossa responsabilidade formal, mas é isso que em muitas escolas está a acontecer, sob pena de essas crianças não terem os mesmos recursos das escolas dos grandes centros urbanos, que tem os transportes à porta, que têm o passe escolar isento para todas e a qualquer hora. Isto sim, é que é investir na fixação de pessoas e criar iguais condições para que todos tenham acesso à educação e acesso às mesmas condições de formação e não possamos em função do local em que estamos no país ter questões diferenciadas. Com todos os condicionalismos e dificuldades, estamos a conseguir garantir as condições, indo muitas vezes além da responsabilidade direta, mas acima de tudo a contribuir para que tenhamos iguais oportunidades de formação em relação a outras áreas do nosso país.

Do ponto de vista da Ficton, queria fazer um elogio ao nosso movimento associativo e às nossas freguesias. A Ficton atingiu, este ano, o patamar da excelência. Em primeiro lugar, porque tivemos um excelente período, do ponto de vista de meteorologia, as circunstâncias assim o permitiram. Mas, tivemos um movimento associativo extremamente atuante, o que contribuiu muito para o sucesso da Ficton. A área da gastronomia, a área das freguesias e a área do "Espaço ao Sabor" atingiram um grau de excelência que muito tem a ver com a atividade que estas pessoas induzem. Queremos deixar vincada a opção estratégica que temos sobre a Ficton. A generalidade das áreas de gastronomia se estivessem concessionadas a terceiros gerariam sem grande dificuldade uma receita liquida para o município que poderia rondar os 70 000€. Não é um numero que tenha surgido do acaso, é um número que está projetado em função do grau de rentabilidade que as tasquinhas que desenvolveram as suas atividades, no seu todo, representaram. Se a isto juntarmos os bares, não temos dúvidas em afirmar que do ponto de vista de gestão financeira mais de 50% do investimento da Ficton teria retorno direto, só na concessão destes espaços. A nossa opção estratégica, não é concessionar esses espaços, é manter a sua utilidade ao serviço das instituições do concelho. É um retorno para o nosso movimento associativo e para as nossas instituições sociais, culturais e recreativas. Queremos deixar este princípio.

Como queremos deixar o princípio de que o ensaio este ano feito, de um ou mais dias, poderem ter uma entrada simbólica, ainda que isso implique, o que reconhecemos, melhorar algumas entradas, distribuir mais pontos de aquisição de bilhetes, é nossa opção manter o

princípio em anos futuros e existirem alguns dias cujas receitas continuem a destinarem-se a fins sociais do movimento associativo ou de outras áreas estratégicas de valorização da nossa sociedade. Teremos sempre este equilíbrio de garantir este acesso universal, de garantir uma programação equilibrada para todos e ao mesmo tempo de lhe associar uma causa social que possa, também, ser uma matéria em que a solidariedade do concelho esteja ao serviço destas instituições ou dessas pessoas.

Após esta explicitação, o presidente da câmara municipal continuou a sua intervenção passando, de seguida, para a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 1 e 2), acompanhado pela visualização das atividades decorridas desde a assembleia de junho até à presente data.

No seguinte período de intervenções foi dada a palavra ao membro da assembleia Francisco Coutinho :

"Senhor presidente da assembleia municipal, senhores secretários, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, restantes membros.

Achei estranho e devo querer que foi por esquecimento por ter sido o primeiro ano, atendendo que apresentou fotografias de todos os eventos onde esteve presente e que colaborou. Tenho de lembrar que o senhor presidente da câmara foi convidado, que esteve nas Festas da Mata, onde estiveram 10 000 visitantes e a receita liquida foi de 9 000€, que foi entregue ao Bombeiros Voluntários de Tondela. Penso que foi por ter sido o primeiro ano e por esquecimento do senhor presidente da câmara que não publicitou na sua intervenção a colaboração do município. Muito obrigado."

O membro Rui Santos continuou os trabalhos com a seguinte questão:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara.

Em relação à reconstrução das casas, acho que devem ter todos os cuidados e acho que o que se está a fazer é aquilo que deve ser feito. De facto, é surpreendente nestas coisas, são pessoas que as vezes independentemente de ser absolutamente necessário averiguar tudo o que se passa nestas coisas, a leviandade, às vezes por pequenos interesses, por desconfianças, por guerrilhas pessoais, com que se fazem acusações. Estando as coisas feitas com cuidado, não há problema. Acho que é preferível avançar

com segurança e em alguns casos poderá ser necessário mobilizar outros meios, mas aí é um problema de maior solidariedade, que deste processo.

Em relação à Ficton, é uma iniciativa que é muito importante para o concelho e é necessário que continue. Julgo que se calhar é bom refletir sobre o modelo. Se tem de ser exatamente assim, se tem de ser tantos dias, se tem de ser na data em que é feita e se não deve ser feita mais cedo. Em novembro ou dezembro, vamos ter uma assembleia para aprovação do orçamento e porque acho que é um processo que requer alguma avaliação, acho que seria muito importante nessa altura que tivéssemos uma ideia exata do que são efetivamente os custos da Ficton. Não é para não se fazer a Ficton. É, porque é bom que se saiba. Custos da Ficton não são 200 000€ orçamentados. É preciso imputar à mesma, tudo o que são custos indiretos, aliás como está indicado no POCAL, no fundo a criação de um centro de custos para a Ficton. Isso permite-nos ajudar a criar o modelo desejável para o futuro. Até, porque se levanta o problema da proximidade do início das aulas, na data em que é feita. Inclusivamente, o problema da utilização do pavilhão. Acho que é necessário pensar num modelo e não haver uma ideia de disputa com a Feira de S. Mateus.

Quanto às questões de água e saneamento, acho que de facto há uma coisa que é importante pensar, infelizmente não temos tudo coberto, mas não é um problema só do concelho de Tondela, mas temos muita gente que não consome água e que produz resíduos sólidos e produz dejetos de saneamento. Se calhar é mais caro do que a água, para o município, se calhar necessitamos criar uma maneira destas pessoas também pagarem a devida taxa, senão estamos a prejudicar uns munícipes em detrimento de outros. Se calhar existem ligações ilegais, mas também há pessoas que se calhar utilizam subterfúgios para não pagar. Acho que é necessário encontrar uma solução regulamentar, se calhar necessita a criação de requisitos diferentes dentro da câmara, porque não será muito simples criar um processo de cobrança nesta matéria.

Em relação à resposta dada pelo senhor presidente no que diz respeito à urgência básica, só depois da sua intervenção é que soube quem era a pessoa responsável pela empresa de prestação de serviço na urgência. Não me interessa saber se é aquele ou outro, o que acho é que se houver falhas antes ou agora, devem-lhe ser exigidas responsabilidades na contratação. O senhor presidente disse que não estava a falar em

questões ideológicas. Também, faça-nos a justiça da gente perceber que não será isso, mas está a fazer, como se diz em linguagem popular "a vender o seu peixe". É normal. Estamos todos a fazer um pouco isso.

Quanto à questão do fundo de solidariedade, é uma questão que deveria andar mais depressa. O fundo de solidariedade da forma como está concedido, são os governos que decidem e em princípio não é para financiamento a privados, pelo que ouvi na comunicação social."

Passou-se, de seguida, apalavra para o membro Paulo Roberto com a intervenção que se transcreve:

"Exmo. Sr. presidente da assembleia municipal e restantes elementos da mesa.

Exmo. Sr. presidente do município de Tondela e srs. vereadores.

Exmos. Srs. Membros da assembleia e comunicação social.

Meus senhores e minhas senhoras.

Durante o período que decorreu entre a assembleia anterior e a de hoje, podemos verificar um sem número de iniciativas que decorreram no nosso concelho. Estas trouxeram uma mais-valia na dinâmica cultural, comercial, lúdica, relações humanas, ao setor educativo e ao turismo local.

Felizmente foram muitas e provavelmente pecarei por defeito, contudo quero nesta intervenção focar as que provavelmente tiveram um maior acolhimento por parte da nossa comunidade.

A realização do 13º Motorfestival, foi mais uma vez um evento de enorme sucesso, pois passaram pela serra do Caramulo durante os três dias (mais um que nas anteriores edições), cerca de 35.000 pessoas. O evento contou com a presença de pilotos de renome a nível nacional e internacional. Além disso, incluiu uma programação abrangente e dirigida ao público em geral e às famílias em particular. Decorreram provas, passeios, exposições, mercados e demonstrações.

Também ao nível dos eventos etnográficos e arraias que aconteceram no nosso concelho, revestem-se de vital importância para a nossa cultura, pois além de promoverem o nosso concelho por este país fora, também fomentam as nossas tradições e o relacionamento pessoal.

Paralelamente a estes eventos, aconteceram inúmeras festas populares que tão bem promovem o bairrismo saudável com as diferentes freguesias e localidades do nosso vasto território. Por estas razões não podemos ignorar os apoios do município, que tantas e tantas vezes passam despercebidos à sociedade em geral, mas que são de extrema utilidade. Falamos obviamente de todas as estruturas logísticas que são facultadas nestas realizações.

A entrega dos prémios de mérito aos melhores alunos é com certeza um marco importante na vida destes, pois é o reconhecimento do trabalho e dedicação que tiveram, e este ano e pela 1ª vez, foram também distinguidos os melhores alunos do concelho de Tondela que frequentam o ensino superior.

É bom vivermos num concelho onde a Educação continua a ser um importante vetor de investimento, esperando com isso que no futuro se obtenha os respetivos resultados com o seu regresso à nossa comunidade, pois temos cá muitas empresas que necessitam de muita mão-de-obra, e desta forma construirmos um concelho com uma identidade forte e competitiva.

Relativamente à entrega dos Galardões Municipais que decorreu no feriado municipal, durante a sessão solene evocativa, estes representam o reconhecimento público das diferentes personalidades e instituições e deve ter um efeito mobilizador na sociedade em geral.

Este ano a medalha de mérito coube ao farmacêutico Dr. Hugo Ângelo, à investigadora Dra. Marta Marques, ao grupo Pinto Valouro e ao cineasta Filipe Melo.

A medalha de valor e altruísmo foi entregue a Carlos Ramos (herói no acidente ferroviário de Alcafache a 11 de setembro de 1985).

A medalha municipal de ouro foi entregue ao bispo emérito D. Ilídio Leandro.

Promovido pelo Município, O Festival Urbano contou com a parceria de quatro coletividades do nosso concelho que partilharam com o município os custos, mas ficando as receitas a favor das respetivas associações. Este evento realiza-se de dois em dois anos e o seu sucesso tem sido tão grande que durante os três dias de festa passaram por este, cerca de 10.000 pessoas.

Não faltaram as barraquinhas de petiscos e de artesanato, dinamizadas pelas quatro associações representadas na edição deste ano. Desta forma o Município procura proporcionar a todos momentos culturais de convívio e boa disposição.

A simpática e bonita serra do Caramulo voltou a ser um palco de excelência ao campeonato de Portugal de montanha.

Milhares de espetadores presenciaram um evento cheio de história que traz ao concelho e ao Caramulo em particular muitos amantes desta modalidade.

O Tondela Brancos Dão contou com um conjunto de ações das quais se destacaram a animação, a gastronomia e claro a promoção do vinho branco. Toda esta temática torna este evento único e diferenciador, de um produto que tem ganho nos últimos anos uma enorme dinâmica e valorização, numa região que já foi apelidada de "Terra dos Vinhos Brancos", pela excelência da sua produção.

Fica o justo reconhecimento e o desejo que este evento continue a crescer e a valorizar tão importante setor de atividade do nosso concelho.

A FICTON é o grande evento realizado no concelho de Tondela. A grande montra das potencialidades económicas do concelho.

Felicito o município por mais uma realização fantástica. Devemos realçar a importância que a realização da FICTON tem na nossa comunidade. Esta não se resume a um bom cartaz, aliás este surge somente como um fator motivador na sociedade para que esta adira de forma significativa à sua realização.

É sem dúvida o evento de maior relevo no nosso concelho, pois além de dar a possibilidade de se promoverem as grandes, médias e pequenas empresas, permite que o

mesmo aconteça com os diferentes produtores artesãos e comerciantes, independentemente do seu ramo de negócio.

Ao longo dos últimos anos é notório o seu crescimento, sinal que é uma aposta ganha na valorização do território.

Outra vertente importante é o envolvimento de diferentes coletividades das várias freguesias do nosso município, pois de promovem o espírito associativo, a cooperação e a entreajuda. Paralelamente, não podemos deixar de referir a componente financeira que é tão útil na valorização do nosso movimento associativo.

Também inserido na FICTON, o Espaço Ao Sabor contou com a sua 8ª edição. Salientamos que tem o propósito de valorizar os produtos endógenos, a gastronomia e a vinicultura. Trata-se de uma área que agrupa o vinho, o mel, os enchidos, os queijos, a doçaria, entre outros. Desta forma os produtores têm a oportunidade de promover e comercializar os seus produtos alavancando desta forma a economia local.

Por último saudar a iniciativa do município no gesto que teve ao encaminhar as receitas de bilheteira a favor de vítimas dos incêndios do dia 15 de outubro do ano passado, sem dúvida um ato de nobreza nesta nossa cada vez mais região de bem-estar."

Seguidamente, Cristiana Ferreira tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Cerca de um ano volvido sobre os grandes incêndios de 15 e 16 de Outubro que assolaram de forme indelével as nossas gentes e o nosso território, importa assinalar a evolução que o programa de apoio à reconstrução de habitação permanente (PARHP) regista no nosso concelho.

Considerando e reconhecendo o esforço coletivo de reconstrução imaterial, de devolver a esperança e a alegria a quem tudo perdeu.

Considerando e reconhecendo a complexidade técnica que a instrução dos processos naturalmente impôs e impõe e que a sua execução exige, a dinâmica, o empenho e o enorme sentido de responsabilidade social e política demonstrada.

Julgamos que os números de concretização do programa de apoio que vamos conhecendo no nosso concelho são reveladores de que apesar de todas as dificuldades há obra a acontecer neste concelho, o que é positivo.

Como é do conhecimento de todos há obras executadas por via dos pedidos de apoio em dinheiro e obras executadas por via da empreitada da CCDR.

Dentro dos pedidos de apoio em dinheiro há já cerca de três dezenas de obras concluídas.

Por seu turno dentro das obras cujo apoio se traduz em empreitada da CCDR há cerca de cinco dezenas de obras em curso sendo expectável que até o final do ano algumas estejam concluídas.

Tal como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Dr. José António de Jesus, não reclamamos triunfalismos porque não ignoramos que na génese do bom trabalho desenvolvido está uma infelicidade que ninguém desejaria que tivesse acontecido!

Não ignoramos que o caminho ainda é longo, difícil de concretizar e que haverá de nortear este mandato autárquico, mas com perseverança e espírito de missão estamos certos de que haverá de chegar a bom porto!

Por isso registamos o empenho e o espírito de liderança que este executivo camarário vem revelando sobre esta matéria e renovamos votos de continuação de bom trabalho para que assim se continue a executar o programa de apoio em curso!"

O membro Vera Machado interveio, transcrevendo-se a sua intervenção:

"Reitero os cumprimentos,

Senhor Presidente da Câmara, para a próxima Assembleia a apresentação das atividades da Câmara terá que demorar mais tempo, para trazer todas as atividades que acontecem nas Freguesias e promovidas pelas Freguesias.

Agora que acabou o Verão, esperemos que a temperatura desça, mas a adrenalina resfriou, as festas terminaram, importa fazer balanços, considerações e sobretudo apontar caminhos para o futuro das nossas comunidades.

Não posso deixar de analisar esta ultima estação de estio que trouxe fins-de-semana escaldantes, como se este Verão tivesse sido diferente de todos os outros.

E não, não foi, à exceção de muitos dias com temperaturas acima dos 40 graus, houve praia, sol, piscinas, procissões, arrais, festas, ranchos folclóricos e uma Feira Industrial e Comercial.

Até aí, nada de novo!

Tenho que admitir que houve uma tendência em substituir o fato de banho pelo bikini, e eu atenta à moda, também adotei essa nova indumentária.

Mas de resto tudo normal, fui às festas, dancei, confraternizei, aliás todos os anos, mesmo não havendo atos eleitorais participo, afinal gosto de estar junto dos meus!

O que encontrei de diferente? O ruído, sim muito ruído.

O ruído de uma propaganda infernal, como se organizar uma festa fosse qualquer coisa fora do comum dos mortais, como se não fosse normal nas aldeias a comunidade juntar-se e organizar festividades que identificam o seu ADN e a sua cultura enquanto povo.

Admito que em alguns sítios mais recônditos do concelho não haja possibilidade de fazer vídeos e os divulgar no imediato, poderá não haver rede, mas flores de papel e caldo verde haverá de certeza.

Ironizei com estas questões, porque é a única forma que tenho para encarar esta normalidade a quem querem apelidar de grandiosidade.

E sendo muito pragmática, e aos que falam de obstaculização eu resta-me dizer que provavelmente há muitos anos não tinham esse privilégio que é organizar uma festa, e daí a minha perplexidade, porque o associativismo dá-nos isto, o associativismo é isto.

Claro está que muitos criticam o apoio a este tipo de iniciativas, argumentando que as opções deveriam ser noutro sentido, radicalizam-se posições e muitas das vezes emitem-se opiniões infundadas e cujo único sentido é exclusivamente arremessar e denegrir.

Mas esquecem-se que a maioria dessas iniciativas são o garante de um sentimento de pertença e identidade a essas terras, mas são sobretudo uma forma de as nossas associações garantirem a sua sobrevivência, sempre com o apoio das instituições, quer sejam ao nível de freguesia, quer ao nível municipal.

Não vou enumerar todas as festas religiosas e profanas que inundaram as nossas terras, porque são imensas e todas elas dotadas da dimensão onde se inserem, aliás, tal como também não aceito certas comparações ridículas, porque cada uma destas romarias é única no espaço, no tempo, no cartaz e no público que é capaz de captar.

E senhores deputados, o meu espanto vem exatamente desse jogo infantil e perigoso das comparações.

Mas quer-se comparar o quê?

O investimento, os grupos, o lucro ou a transparência?

Ou será que por ser num sítio mais central deverá ser alvo de diferenciação perante as demais?

Não caros deputados.

A social democracia faz-nos sentir bem em todas as festas, festinhas e festarolas e sim todas.

E faz-nos sentir bem e estamos lá, porque contribuímos de alguma maneira, financeiramente, com apoio logístico ou até com a simples presença e partilha de uma

bifana, porque isso sim, essa simplicidade e autenticidade simboliza a pertença de alguém que sempre foi dali, quer seja em Ferreirós, Mosteirinho ou Dardavaz."

Continuando os trabalhos, seguidamente o membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia, restante mesa, senhor presidente da câmara, caros deputados, restante público.

Hoje, não vinha preparado para fazer qualquer intervenção, mas devida à última intervenção da Vera, a quem tenho de transmitir a minha simpatia pela sua intervenção.

Antes de mais, queria dar os meus sinceros parabéns à Marta pelo galardão que conquistou no dia 16 de setembro e que considero bastante justo.

Queria, testemunhar o meu agradecimento ao Eng.º Dias, pela forma como aqui falou do problema atual da escola profissionais. Teve uma intervenção muito boa, que só compreende quem está ligado a este setor.

Por último e a propósito de festas, não devemos transformar as festas em instrumentos políticos. Como disse e muito bem a Vera, as festas fazem-se à medida das nossas possibilidades. Houve uma festa em Tondela, na qual colaborei, tal como muitos de nós e que não foi lembrada aqui hoje. Parece que lembrar uma festa como as Festas da Mata, que é um ato de vergonha. Para mim, não. Para mim, foi um ato fantástico, relembraram uma festa em que, há época, muitos de nós fraternizávamos, juntavam-se os mais favorecidos e os menos favorecidos economicamente, na barraca das sopeiras e na barraca do chá. Apercebi-me, efetivamente, que foi uma festa de todos e para todos. Viram-se gerações que já não se viam há décadas, num ambiente fantástico, de alegria e de festa. Tinha de sublinhar isto, pois parece-me que hoje ninguém teve a coragem de falar nisso, como se as Festas da Mata tinham sido um crime. Para mim, não foi um crime, foi um orgulho. Reviver coisas do meu tempo, sem politiquices, porque as politiquices é que estragam tudo, por isso sou cada vez menos político. É importante reviver o passado, sobretudo quando esse passado foi tão bem vivido. Deu-me tanta alegria, como me deu muito alegria a Ficton, na qual também colaborei.

Os meus agradecimentos, também a quem organizou as Festas da Mata e que espero face ao êxito deste ano, que para o ano sejam feitas da mesma forma, com a mesma alegria, com o mesmo trabalho, à margem da vida política e com a colaboração de todos, porque aquilo é para toda uma comunidade. Obrigado."

O senhor presidente da câmara interveio, de seguida:

"Deputado Rui Santos, sobre o processo continuo de renovação e inovação, é aquilo que todos somos sempre chamados a fazer. Alias, curiosamente esta semana houve uma reunião interna de reflexão sobre: modelos, avaliações, locais, datas. Tudo deve ser equacionado na perspetiva de atingido um patamar de grande projeção da Ficton, saber como é que ela se pode tornar sustentável da sua projeção. Não temos nenhum incomodo com outras festas que ocorram nessas datas. Atualmente, a Ficton já concorre em termos de calendário com essas outras festividades. Cada um tem o seu espaço, os seus recursos. A maior romaria do país continuará a ser a maior romaria do país, independentemente da data que se faça. A Ficton continuará a ser um grande evento regional, independentemente da data que se possa fazer. Sobre os custos, temos bem claros: os custos da Ficton, eles estão aí refletidos. Quando começarmos a ter o novo plano de contabilidade organizada das autarquias locais, com centros de custos, iremos ter vários indicadores que serão importantes conhecer.

Mas, indicadores que ocorrem aí e noutros domínios. Por exemplo, naquilo que é um estudo que estamos a fazer sobre o eventual sistema público de agregação de águas residuais, já nos permite hoje saber que temos uma subsidiação pública ao sistema de águas residuais de cerca de 400 000€, isto é, entre a receita de advém e os custos da operação de tratamento e gestão, com imputação de custos operacionais, há um financiamento público ao sistema. Tudo isto está a ser refletido e ponderado. Temos bem a noção de há um grupo muito significativo de agregados familiares que não pagam resíduos sólidos urbanos. Temos cerca de 11 000 clientes do sistema de água, esses por força da sua ligação à água também pagam RSU. Se considerarmos que temos mais de 15 000 fogos com licença de habitabilidade no concelho, quer isto dizer que perto de 5 000 fogos ou estão desabitados ou habitados, mas não pagam tarifa de RSU. Isso deve-nos levar a várias reflexões e uma delas é sobre a forma instrumental como tal ocorre.

Isso implicaria ter um cadastro que permitisse cruzar dados entre clientes ligados ao sistema de água e os não ligados e a partir de aí ter um sistema de faturação que nos permitisse chegar. A propósito desse assunto, na terça feira passada, em reunião de câmara, aprovamos um dispositivo pontual para permitir que pessoas possam estar ligadas à rede de saneamento e por razões de distância à rede pública de água, tal não seja viável. Isso permite-nos ensaiar um modelo de cobrança direta a essas pessoas de RSU e saneamento. É um processo que tem a sua morosidade e que de alguma forma se cruza muito em saber se vamos progredir ou não para um sistema público intermunicipal de gestão de águas residuais. Porque se assim for, passaremos a ter outros instrumentos para poder fazer essa operação. Se se mantiver na esfera do município, há duas coisas que sabemos, uma: termos de ter uma alteração no quadro de pessoal adequada à necessidade de contratar recursos humanos capazes e suficientes para estas obrigações. Dois: teremos de ter instrumentos de cobrança para os futuros clientes não ligados. Essa questão está na nossa perspetiva bem arrumada, está pensada, vamos ver como isso possa evoluir.

Penso que todos perceberam que isto é a assembleia municipal, não é nenhuma assembleia de freguesia. De facto, devemos avaliar as questões estratégicas e estruturais. Durante este período tivemos muitas festas, em muitos sítios, reconhecendo a importância de todas. Alias, no período que ocorreram as Festas da Mata, ocorreram as festas em Sabugosa, em Parada de Gonta. Cada um tem o seu espaço e cada um tem o seu mérito. A nós importa dizer, enquanto presidente do município, que saudamos todas as iniciativas que contribuam para a promoção de mais atividade festiva, associativa. Isso é importante e se isso corresponder a uma memória de uma certa geração que viveu com outra paixão, com outra efervescência esses momentos, muito bem. Saudamos tudo. Agora, penso que compreendam que isto é uma assembleia municipal e nessa circunstância importa registar as áreas onde nos desenvolvemos, o que fazemos, onde somos parceiros com forte empenho financeiro e noutros casos com apoios logísticos, como acontece com quase todas as atividades que ocorrem no concelho que se não é um palco, é uma grade, ou uma vedação. No caso em concreto, também teve apoio logístico do município e, portanto, saudamos essa realização. Não podemos é de facto ter uma intromissão numa área em que tem a sua esfera própria de organização. No caso concreto a responsabilidade da

gestão financeira e organizativa é da junta de freguesia. É ela que organizou. O seu reconhecimento pela iniciativa e a responsabilidade da gestão económica e financeira desta operação é da junta de freguesia, como noutros sítios é de outras entidades.

Sobre as questões colocadas de reconstrução, sublinhamos que nós também não queremos triunfalismos, nem protagonismos indevidos. Hoje, no concelho de Tondela, mais de três dezenas de pessoas já tem obras concluídas daquelas intervenções que eram até 25 000€. As pessoas que tiveram danos nas suas habitações tinham duas opções, se os danos forem até 25 000€, poderiam pedir o apoio em dinheiro e serem donos de obra. Mais de três dezenas já fecharam essa operação. Neste momento, só ficaram a grande empreitada, aquelas cujos valores eram de grandes reparações ou de reconstrução total. Essas estão em curso e nós esperamos até ao Natal ter grande parte dessas reconstruções resolvidas.

Às demais intervenções agradeço as referências, os contributos e acima de tudo a partilha de informação, que é sempre importante. Obrigado."

2.2 Análise, discussão e votação do aditamento ao acordo de execução celebrado entre O Município de Tondela e a União de Freguesias de Tondela e Nandufe

O senhor presidente da câmara informou a assembleia que tinha existido uma reunião que levou a uma reformulação do contrato interadministrativo, que tinha a ver com o ajustamento de recursos humanos.

Colocado à votação o aditamento foi aprovado por unanimidade com os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos

Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.3 Análise, discussão e votação do aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e o Município de Tondela

Não tendo havido intervenções, o aditamento ao contrato administrativo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2,4 Análise, discussão e votação de desafetação de domínio público para domínio privado de uma parcela de terreno

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Esta matéria já foi matéria de análise e discussão em anterior assembleia municipal. Tinha passado para domínio privado do município cerca de 20m2, para que com base no projeto de execução do edifício, o mesmo fosse implantado e que existisse uma permuta entre o município e proprietário. Por força de um apequeno ajustamento na implantação e na área de cedência, há necessidade de mais 9,43m2. É um preciosismo, mas é necessário que 9,43m2 sejam integrados no artigo já criado, para que aí se formalize a questão. As peças que foram juntas na informação e na convocatória clarificam isto."

Colocado à votação a desafetação de domínio público para domínio privado de uma parcela de terreno foi aprovada por unanimidade com os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo

Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.5 Análise, discussão e votação da adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais

O senhor presidente da assembleia informou que a adesão já tinha sido aprovada no mandato anterior. Vindo agora para ratificação, atendendo que só recentemente houve a escritura pública.

O membro Rui Santos pediu a palavra e interveio:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, restantes membros da assembleia.

Não tinha conhecimento que essa pré-adesão já tinha sido deliberada. De qualquer maneira, venho dizer que vamos votar contra, por várias razões. Sou a favor da defesa da dignificação das assembleias. Às vezes as pessoas esquecem-se que na Constituição da República, quando se fala nos órgãos das autarquias, que estão definidos e são: Assembleia Municipal e Câmara Municipal. O que quer dizer que em termos de estatuto institucional do órgão o órgão mais importante do Município é a Assembleia Municipal. Aliás é um problema que está esquecido a vários níveis. É obvio, que o órgão mais importante a nível do exercício da ação são as Câmaras Municipais e o Presidente da Câmara tem um papel importantíssimo, não tem nada uma coisa a ver com a outra. O que acontece e aqui estamos na questão das opiniões e nas perspetivas pessoais, o que acho é que há infelizmente uma falta de consideração pelo papel do órgão essencialmente democrático que são as Assembleias Municipais. Mas, depois o problema é outro, confesso que não consigo perceber o sentido de para uma autarquia do mesmo nível, estamos a falar municipal, que tem dois órgãos que é assembleia municipal e câmara

municipal, tem de haver duas associações distintas uma para cada representante de cada órgão. Não estou a defender a Associação Nacional de Municípios, não é por isso, eu é que não consigo perceber. Isto é uma multiplicação, escusada, de órgãos, porque há muita gente de vários lados, não tem a ver com o partido A, B ou C, mas há quem gosta de ter a sua "quinta" e os seus cinco minutos de fama. Do meu ponto de vista, não tem nenhum interesse. Até porque as assembleias municipais têm representantes na própria Associação Nacional de Municípios Portugueses. Por isso, discutimos esta situação e vamos votar contra.

Para além disso, queria chamar à atenção, se lerem a minuta da deliberação que nos foi mandada, o português é perfeitamente inteligível, há um problema de fundo complicadíssimo. Cria-se uma Associação de Assembleias Municipais e depois quem decide sobre a adesão é a Câmara Municipal. Como é isto? Que sentido tem esta situação? A não ser que o que está na minuta não traduza exatamente naquilo que se passou na Câmara Municipal. Se a decisão é da Assembleia, como é que a Câmara vota sobre esta adesão? Desculpem, mas isto não pode ser. A nossa posição é votar contra esta ratificação."

Aprovado por maioria, com os votos contra de: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho; as abstenções dos membros: Abílio dos Santos e António Dias e os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Abílio dos Santos efetuou uma declaração de voto:

"Fui durante cerca de 15 anos representante desta assembleia na Assembleia Distrital de Viseu. Em oito anos nunca tivemos uma única reunião, porque as únicas

pessoas que durante muito tempo compareciam era eu e o Dr. Ruas. Penso que irá aqui acontecer o mesmo. Penso que é uma inutilidade, por isso abstenho-me."

O membro Cristiana Ferreira efetuou uma declaração de voto:

"Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, como foi dito pelo senhor presidente da assembleia parece-nos que o que está aqui hoje em causa é apenas a ratificação, porque a escritura só ocorreu depois da adesão. A adesão já tinha sido feita. Nessa circunstância o nosso voto é favorável."

2.6. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Parada de Gonta

O senhor presidente explicitou que o presente contrato interadministrativo se destina a uma obra de adaptação no infantário. pelo facto de a propriedade ser do município e ser a junta de freguesia, por proximidade e maior eficiência de gestão a conduzir a obra, cujo valor é de 1 924,95€ e pelo facto de ser uma delegação de competência própria leva a que seja um contrato interadministrativo.

Colocado à votação o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.7. Análise, discussão e votação para colocação de sinal de proibido estacionamento no Entroncamento da rua da Capela com a rua das Termas em Sangemil

O membro Francisco Coutinho interveio:

"Senhor presidente da mesa, restante mesa, senhor presidente da câmara, caros membros.

Devem estar admirados por vir intervir num ponto da ordem do dia que tem a ver com a Lajeosa do Dão. Não sei há quanto tempo e nada tenho a ver com o estacionamento em Lajeosa do Dão. Acredito que o meu colega de Lajeosa tenha proposto ao município e que seja necessário. A minha questão e que queria colocar ao senhor presidente da câmara há quanto tempo o meu colega de Lajeosa propôs essa alteração de sinalética? Isto porque há cerca de dez meses fiz uma proposta de proposta de alguma sinalização em Tondela, nomeadamente a rua Dr. Abel Lacerda, conhecida pela rua de Baixo, para precaver uma tragédia que possa ocorrer. De tragédias estaremos nós fartos. É necessário avaliar se as pessoas podem ou não estacionar naquela rua. Nenhum carro dos bombeiros consegue passar em caso de tragédia.

Outro caso que queria colocar, parece que em conversas informais até com alguns vereadores é unanime por um sinal de interdição de estacionamento de pesados numa das zonas mais bonitas da cidade. A rua Comandante João Matos Ferreira deve ser interdita a camiões pesados. Muito obrigado."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Senhor presidente da junta, de facto, sobre as conversas informais com vereadores, por serem informais não as conheço. Sobre outras propostas feitas devem ter sido dirigidas naturalmente ao pelouro e quando a vereadora do pelouro trouxer à reunião de câmara como este veio, serão analisados."

Colocado à votação colocação de sinal de proibido estacionamento no Entroncamento da rua da Capela com a rua das Termas em Sangemil, foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José

Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.8. Análise, discussão e autorização de reprogramação do PPI 2008 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019 da empreitada para "Sistema de abastecimento de água ao domicílio e saneamento ao Caramulo" em cumprimento do disposto no artigo 22 do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho e nos artigos 6º, nº1 alínea c) da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho e para efeitos do nº 2 do artigo 51 da Lei 73/213 de 3 de setembro

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.9 Outros assuntos de interesse para o concelho

O senhor presidente da Assembleia, iniciou o ponto com a votação da moção apresentada pelo membro Vera Machado, no período "Antes da Ordem do Dia", sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José

Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

Seguidamente, o membro Arménio Marques interveio:

"Senhor presidente da câmara, excelentíssima Mesa, senhores deputados.

Sobre os problemas que o senhor presidente da junta de Campo de Besteiros colocou, sobre iluminação, queria dizer que a EDP, em termos de realização de infraestruturas, não existe. Antigamente, tinham um representante em todos os distritos e concelhos. Hoje, têm um senhor fechado em Viseu, que tem uma secretária e só sob pressão é que vem atender alguém. Quem quiser fazer um aumento de extensão, ligação para uma obra, não se deve dirigir à EDP, porque só vem verificar ao local onde podem colocar um armário, para de seguida enviarem um orçamento. No ano passado, tive que pagar cerca de 7 900€ por uma extensão de rede, no Carvalhal, para ligar a 4 fogos e tive de esperar nove meses. Entretanto, descobri duas empresas que trabalham com ligação com a EDP e a quem pudemos adjudicar o trabalho. Os senhores presidentes das juntas escusam de andar atrás do senhor presidente da câmara, porque a EDP não existe, só existe para nos levar o dinheiro."

O membro Francisco Coutinho interveio, de seguida:

"Mais uma vez, cumprimentar o senhor presidente da assembleia, o secretariado, os senhores vereadores, membros da assembleia, os meus companheiros presidentes de junta e das uniões de freguesias.

O assunto que me traz aqui é um pouco malcheiroso. Em consequência das funções que desempenho no Tribunal de Tondela, veio-me à mão um processo de 1925. Por curiosidade, reparei que se tratava de uma multa por uma senhora deixar andar os

galináceos à sola na rua do Carril, atual Tenente Valadim. Com base numa Portaria Municipal, que dizia que Tondela tinha duas ruas que davam ar de vila medieval, a rua do Carril e a rua Miguel Bombarda, hoje Abel Lacerda, porque as pessoas deixavam andar os suínos e os galináceos na rua, ficando as ruas cheias de dejetos de animais. Devem estar a perguntar-se o que é que 1925 tem a ver com os dias de hoje? Como já relatei ao Município, há locais de Tondela onde as pessoas defecam a céu aberto. A 200 m. dos Paços do Concelho, no entroncamento da rua Dr. Abel Lacerda com a Aníbal de Figueiredo, e agora diminuiu o fluxo das pessoas que lá vão, porque a casa do Dr. Mário Miranda foi vendida, as pessoas chegam lá e defecam. Atrás do Tribunal é rara a segunda feira, no estacionamento, que não haja vestígios de fezes. Atrás do Calvário é igual. Podem perguntar se são fezes humanas ou de animais, mas é evidente atendendo que os animais não têm o habito de se limpar. O que peço ao senhor presidente de câmara e não furtando às minhas competências da União de Freguesias, as casas de banho que estavam debaixo do Mercado Velho, na rua Aníbal de Figueiredo, salvo eu, foram remodeladas nos finais dos anos 60 / princípios dos anos 70, estão fechadas. As casas de banho que existiam nos Paços do Concelho foram retiradas com as obras. As casas de banho atrás do Tribunal que foram construídas, senhor presidente, penso que ainda não terão angariado 2€, nunca vi ninguém a sair de lá, lá de trás é que vejo sair pessoas, é um cheiro a urina tremendo e normalmente há vestígios de fezes. Há uma falta de civismo enorme, mas que é agravado pelo facto de principalmente ao fim de semana não haver casas de banho abertas em Tondela. Posso inclusive contar que na altura da Ficton encontrei um senhor a aliviar o intestino no portão que dá acesso às instalações do Ministério da Agricultura e descompu-lo, tendo-se virado para mim a questionar o que queria, pois tinha tentado ir à casa de banho junto à GNR, que estava fechada. Isto não é uma critica destrutiva, não é uma critica da oposição. Eu como presidente da junta quero colaborar com o município, alias desde o 1º dia quero ser um dos vossos melhores colaboradores, acho que é um assunto premente. É um assunto que rapidamente tem de ser resolvido. Muito obrigado".

O membro Paulo Albernaz interveio, de seguida:

"Permitam-me que cumprimente todos os presentes na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal.

Vou trazer três ou quatro aspetos que me parecem importantes. O primeiro tem a ver com um desabafo, que eu percebo, também tenho desses desabafos ditos automáticos, que o presidente da câmara teve quando eu disse ali quando estava a explicar e a falar de Sangemil e eu disse "mais uma" e explicou-me bem, é uma opção politica. Eu de facto, queria pedir-lhe uma coisa muito séria, gostaria se fosse possível, admito que possa demorar algum tempo e nós temos a disponibilidade para esse tempo todo, que nos fizesse a contabilização de todos os custos que até hoje o balneário de Sangemil teve e imputou ao erário municipal. Por outro lado, também, o valor das receitas obtidas. Para termos a precisão exata do que estamos a falar. É um pedido que lhe faço, se puder cumprir, ótimo.

Festas da Mata, Expocir, Festival Urbano, Bombeiros, Peregrinos: qual é a diferença, entre uma coisa e outra? Ou terei visto mal? Fica a pergunta e gostaria que me respondesse, não tem de me responder hoje. Percebo, também, a intervenção da Vera Machado. Em teoria, em tese, aquilo que disse é perfeito, o problema é que o que veio aqui ler não é uma teoria nem é uma tese, é uma resposta encomendada, para mim, permitam-me porventura a frontalidade. Portanto, volto a perguntar: Festas da Mata, Expocir e Festival Urbano, onde participaram tanto quanto sei duas associações a dos Bombeiros e a dos Peregrinos, qual é que é a diferença?

Por último, um aspeto que para mim me é caro, que tem a ver com a educação, tem a ver com a municipalização. Deixemo-nos de embustes. O que o governo do Partido Socialista propôs foi descentralização. O que há anos se tentou fazer foi municipalizar o ensino. E mais, tentou-se passar para as câmaras municipais competências, as quais eles não têm, os municípios. Recordemo-nos todos que o Partido Socialista, na altura, fez um documento sério, que tornou público em que escamoteava todos os aspetos da proposta desse Decreto-Lei, se não me falha a memória era um Decreto-lei. Portanto, não estejamos aqui com embustes. Porque é que não se diz que os Conselhos Gerais dos Agrupamentos se pronunciaram e recusaram a municipalização? Porque é que não se disse que os professores recusaram? Porque é que não se disse, e agora não digo mais do que que isto, por uma questão de cor institucional, porque é que não se disse que o senhor

presidente da câmara escreveu e tornou público uma carta particularmente indelicada dirigida aos professores? Porque é que não se disse que na altura a Concelhia do PSD também tornou público um comunicado particularmente ofensivo à estrutura do PS concelhio? Convenhamos, pecados todos temos. Mas como dizia há bocadinho alguém, não somos anjinhos, senão não estaríamos aqui. Portanto, deixemos de embustes e sejamos sérios. A palavra é: sérios. O que se quis fazer era municipalizar o ensino, entre outras coisas. Alias, tenho os documentos todos e faço questão de se o senhor presidente da assembleia municipal me permitir, farei cópia deles e entregarei ao serviço de secretariado para poder distribuir por todos os membros da assembleia municipal, para poderem ler aquilo que foi exatamente a nossa posição. Vir aqui fazer uma espécie de ato de propaganda, sobretudo há uma coisa, eu há bocadinho estava ali sentado e pensava assim, fora eu um extraterrestre e tivesse aterrado agora aqui, achava que o país onde caí era um caos total. Nada funciona neste país. Não funciona a educação, não funciona a saúde, não funciona as autarquias, nada funciona. "É um malandro" o Primeiro-ministro e a "geringonça". Que "cambada de malandros". É assim, há aqui um princípio orientador. Procurarei nunca falar muito de questões nacionais, que são importantes naturalmente, muito daquilo que nós fazemos decorre do que o nacional diz e planeia, estamos todos de acordo. Mas, há aqui determinado tipo de enfoque do nosso trabalho que tem de ser mais local possível. Deixemos de coisas. Quando estamos no poder é tudo muito bom. Quando lá não estamos, é tudo muito mau. Não é verdade. Aliás, o senhor presidente da câmara e os senhores vereadores do PSD já perceberam por várias vezes que nós não temos qualquer tipo de problemas de vos tecer elogios e reconhecer o trabalho, quando na nossa opinião o trabalho é meritório. Isto não é uma espécie de campeonato de maledicência, porque naturalmente se fosse uma espécie de campeonato de maledicência qualquer um de nós, e eu reconheço a todos os membros desta assembleia qualidades para isso, poderíamos fazer exercícios melhores do que aqueles que temos feito até agora. O que pedia era que houvesse aqui algum enfoque no concelho. por exemplo e para terminar deixo um desafio, senhor presidente da câmara, tente tanto quanto possível um dia em concertação com o senhor presidente da assembleia municipal marcar uma assembleia municipal temática, para falar sobre o turismo no concelho de Tondela. Parece que seria um bom desígnio. Muito obrigado por me terem ouvido."

O membro Vera Machado tomou da palavra:

"Só para dizer ao deputado Paulo Albernaz nem sequer admito um conjunto de considerações, nomeadamente a questão da encomenda. Nem vou comentar. Estive nas Festas da Mata, como estive quase em todas as festas do concelho, sempre pude ir. Para mim as Festas da Mata são exatamente mais umas festas como tantas outras que acontecem nas outras freguesias, a diferença é que esta por acaso foi na minha freguesia. Quanto à descentralização de competências na área de educação, em nome do grupo parlamentar do PSD, vamos aguardar serenamente pela Lei setorial, para discutir então, aprofundadamente, essa matéria."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Uma questão rápida sobre algumas observações de que fiz registo, mas há uma coisa que nunca podemos fazer que é pedir seriedade e falar de embuste, quando nós somos um embuste. Isso não. Primeiro temos de ter os dados e não os deturpar. O debate da educação e o debate da saúde estaremos sempre disponíveis para o fazer. A tese de que na oposição somos bons e no governo somos maus, que aqui foi propagandeada e o contrário do que se quis ler. Vamos ser muito pragmáticos e muito objetivos: 1- de facto o Partido Socialista no anterior modelo de descentralização, conjuntamente com a CGTP ensaiou um modelo que foi associar a descentralização à municipalização, criando um fantasma de que havia apetência dos autarcas para o controlo, essa coisa brutal, da liberdade dentro das escolas. 2- No concelho de Tondela os dados não são esses, que o senhor deputado aqui trouxe, está enganado. Os Conselhos Gerais recusaram? Quais? Em algum deles esteve presente? Quais é que recusaram? No concelho de Tondela o processo foi democraticamente vitorioso nos Conselhos Gerais. Coisa diferente, foi uma manipulação sindical que existiu, razão pela qual levou a então câmara e o seu presidente a dizer que não prosseguia com a operação, pese embora tivesse Associações de Pais a defender o processo, sim. As amigas e os amigos do senhor deputado lá estiveram.

Neste momento da intervenção, o membro da assembleia, Paulo Albernaz informou a mesa, a bem do regimento, que se o senhor presidente da câmara continuasse com o tom utilizado era obrigado, em defesa da honra, a falar. Afirmou, também que o

senhor presidente não voltava a chamar embuste, nem a falar no tom utilizado, dizendo que não tinha sido indelicado, ou que tinha referido que o seu comunicado tinha sido indelicado, colocando, no seu entender, um ponto de ordem à mesa.

Continuou a intervenção o senhor presidente da câmara:

"Senhor deputado, o senhor é que começou a ofender, quando disse que estamos perante um embuste. Senhor deputado, se eu falei e se o senhor diz que estamos perante um embuste, está a referir-se a quem? Vamos lá por as coisas no sério. Não podemos ser vitimas ou anjinhos, vi que o senhor Dr. Rui Santos já se levantou provavelmente para ter mais espaço para as asas de anjo, mas não podemos ir por aí. Vamos lá por as coisas como elas são. Não estou aqui a alimentar uma campanha de ninguém. Vamos ser pragmáticos nessa questão. Estou, em defesa da verdade, a dizer que não é verdade que os dois Conselhos Gerais tenham recusado, como disse aqui, ou que tenham reprovado. Eu não fiz nenhuma carta ofensiva, se o senhor quer interpretar assim é porque lhe dá jeito a querer interpretar assim. Foi num quadro de dialética que se viu nos Conselhos Gerais. Quem lá está sabe e sabe mais do que isso, sabe que se alguém durante o tempo que exerceu funções de vereador com o pelouro da educação teve e tem uma cooperação extrema na independência dos órgãos, é a pessoa que lhe está a falar. Sabem isso. Não vale a pena criar o alarmismo que há um controlo sobre isso. De facto, estamos perante um modelo diferente, essa é que é a preocupação. O modelo em que não tem os recursos financeiros que teríamos no modelo anterior. Não tem os recursos humanos que teria no modelo anterior, porque o rácio de afetação de pessoal não docente é diferente. Isso sim é preocupante. Uma descentralização que se resuma a uma delegação de tarefas administrativas, não é uma descentralização. É uma delegação de funções. Se me perguntarem defendo o modelo onde nós possamos escolher em determinadas áreas o que é relevante para o nosso território e ter ofertas formativas adequadas a essas circunstâncias. Sim, nessa matéria sou reformista. Aí, cada um tem a legitimidade de ter o seu pensamento. Agora, não diga que uns são embustes e outros não são. O senhor pode ter uma opinião de que a descentralização deve ser uma mera transferência de competências administrativas, que os municípios devem ter trabalho administrativo. Ou outros, como eu, pensarem que descentralizar é tomar nas mãos a capacidade de decisão

e isso não é nenhum perigo desde que ela seja escortinada e que seja sujeito à vontade das maiorias. São essas as diferenças e foi isto que esteve em causa. Não quero, nem ser mal interpretado nem mal-intencionado. Agora a mesma mágoa que sente, é o mesmo quando o senhor diz que isto é um embuste. Nessa matéria não aceito essas questões, para ficarmos claros e não tenho nenhuma questão.

Desatenção, é a segunda nota, o Festival Urbano, senhor deputado, não foi organizado por Peregrinos e Bombeiros. O Festival Urbano foi organizado em parceria e é com o município e com 4 associações. Obrigado."

O membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Acho que será muito importante se fizermos aqui alguma discussão, sobre as questões da dita descentralização. Tenho muitas dúvidas sobre uma série de questões que se põem e que se enquadram neste conceito, conforme as várias pessoas falam dela. Como sou um partidário da regionalização, só lamento que ela não tenha avançado na altura. Aquilo que nós temos e se calhar o problema pretende-se, também, como a ideia de criar uma associação nacional de assembleias municipais, é que às vezes parece que no país vão-se criando sucessivas corporações de instituições ou de pessoas, é das câmaras, é das assembleias e depois esses grupos de pressão é que funcionam para forçar a tomar decisões. Por isso, achava que se houvesse regionalização, as coisas eram muito mais claras e se houvesse legibilidade, as coisas tornar-se-iam mais claras. Do vosso lado, isto não é estar a fazer critica, mas percebo que há razões para a fazer, o grande travão, e até havia um ex. Primeiro Ministro e que foi Presidente da República que disse que até vetaria, porque seria despesista. Por acaso, quando se criaram os municípios o argumento mais conservador em Portugal, em 1976, era que não se deveria fazer porque iria dar cabo das finanças públicas e o que se verificou não foi nada disso. Mas julgo que isto merece uma clara reflexão. Como isso está feito. Como disse há bocado, este governo e os outros fazem coisas boas e fazem alguns erros. Sobre essas questões da educação, eu tenho alguma perspetiva e alguma informação. Só queria deixar aqui um exemplo, um país que é por muitos considerado um modelo, que é a Suécia, foi provavelmente dos países

europeus que mais avançou em termos de matéria de descentralização, dita dessa forma e com algumas transferências para as autarquias, nomeadamente as questões do pessoal, até o pessoal docente foi transferido para as autarquias. Hoje, chegaram à conclusão que nalgumas coisas foi longe de mais. É evidente que o nosso sistema tem alguns travões a isso e o senhor presidente referiu isso. Está a falar com uma pessoa que foi e é um feroz defensor das componentes locais de currículo. Se calhar não há aqui ninguém que tenha tido a experiencia em 1992, terem em pratica uma experiência de introdução de componente local de escola de currículo, está aqui um, na área da formação cívica e da cidadania. Custou, foi preciso arranjar esquemas específicos do 9º ano e da avaliação para se fazer, senão não autorizavam.

Que a questão da rede que foi aqui dita, que o Engº Dias levantou a questão, ele sabe o que penso sobre isso, nomeadamente o ensino profissional. Acho que no ensino profissional, como já referi aqui uma vez, foram cometidos uma série de erros e o ultimo foi a introdução atabalhoada de cursos profissionais nas escolas secundárias, grande parte da responsabilidade de governos do PS. A primeira pessoa que defendeu isso no Ministério da Educação fui eu, mas era para as escolas que tinham já condições especificas e a fazer um avanço programado, porque isso tinha de ser feito. O que se conseguiu na sequência disso tudo são como uma ideia, porque uma escola tem 3 turmas do 9º ano é possível ter um curso profissional, depois isso não funciona. Em segundo lugar introduziu-se alguma rigidez no funcionamento das escolas secundárias, em relação a isto e, portanto, isto é complicado. Isto aconteceu, sejamos claros, sabemos que quem começou a reclamar a introdução de cursos profissionais, foram professores dos sindicatos a partir de 2005 e 2006, quando começaram a faltar os alunos e houve uma série de professores das áreas normais que deixaram de ter horários, foi a partir daí que as escolas secundárias começaram a haver uma enorme apetência para ter cursos profissionais.

Isto é uma questão que é necessário ter muito cuidado na forma como isso se gere nos municípios, na minha opinião. Por isso acho que vale a pena fazer uma clara discussão. Gostaria muito, já o pensei, mas ainda não houve condições, de promover um debate numa organização mais vasta, como é por exemplo a CIM, sobre as questões de

descentralização, atendendo que há mais massa critica para promover a discussão e pode atingir mais gente. Acho que é muito importante fazer uma reflexão, não podemos é fazê-la à pressão, numa assembleia com esta calendarização. Deixo um apelo que se pense, nem que seja numa assembleia extraordinária."

3-Período aberto ao Público

Não havendo intervenções, o senhor presidente da mesa deu por encerrada a assembleia, tendo-se lavrado a presente ata.

O Presidente: Carlos Coelho

O 1º Secretário: Bernardo Reis

O 2º Secretário: Ricardo Dias

Relatório de atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 23 de junho de 2018 a 27 de setembro de 2018)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita que refira algumas das muitas reuniões, encontros ou ações onde estivemos presentes no período em causa.

Reunião do conselho Geral da ANMP

Presença na abertura da Expofacit– Tábua

Reuniões com administração da Águas do Planalto

Reuniões do Conselho Diretivo da AMRPB

Várias reuniões do Conselho Intermunicipal da CIMVDL

Jantar CAM – andebol

Missa e procissão na Lajeosa do Dão - Sr Calvário

Homenagem ao D. Ilídio Leandro – Sé Viseu

Ministro das Infraestruturas – IP3 e CCDRC PARPH

Reunião no IHRU IFRHU

Conferência Imprensa Campeonato Nacional Montanha - Caramulo

Conf. Imprensa na AMRPB – sistema de tarifário das Águas do Planalto

Visitas às reservas do MTB

Abertura da EXPOCIR – União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Abertura de "Tondela Brancos"

Encerramento dos Jogos Desportivos de Tondela - 2018

Rampa do Caramulo

Reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

Festival Urbano

Visita à freguesia do Campo de Besteiros

N. Sra do Pranto Sabugosa

Tomada de posse do comandante da AHBVCB

Reunião na ARS Coimbra - Dra Rosa Reis Marques

Tomada de posse do Comandante da AHBVT

Reunião ERSAR Lisboa

Presença na apresentação do livro "Molelos Estudo Monográfico"

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do município.

A operação de reconstrução das habitações próprias e permanentes continua a merecer uma ação de interação com todos os lesados.

Todas as semanas são promovidas reuniões de coordenação com a fiscalização da CCDRC, onde são avaliadas as questões que surgem de forma continua.

Ora porque está a em causa a demonstração da legalidade das áreas que constam da Certidão Predial Urbana, ou porque - em caso de co propriedade - há que garantir a concordância e aceitação formal de todos os demais proprietários, o que nem sempre ocorre.

É um processo extremamente exigente.

Nem sempre compreendido, por quem, levianamente, julga que "os incêndios, são a desculpa para tudo".

Não sabem o trabalho processual, as avaliações e as decisões necessárias para que tudo seja feito, dentro dos parâmetros legais que nos são impostos.

À data de hoje, temos 62 processos com apoio financeiro direto, que pode variar - consoante o caso, até ao limite de 25.000€.

Destes, 32 estão concluídos, validados e pagos. Os demais em construção.

Dentro da empreitada geral, contratualizada pela CCDRC, haverá cerca de 20 processos que deixaram de estar nesta intervenção. Ou porque os seguros foram suficientes para a cobertura do prejuízo, ou porque os beneficiários passaram a ter apoio em dinheiro e são os responsáveis pelas obras, ou porque tinham situações de hipotecas que os impedem de estar neste programa, ou porque existem condições de legalidade inultrapassáveis.

Das restantes, mais de 5 dezenas de construções de raiz estão em curso, além de mais de uma dezena com obras de grandes recuperações que está em fase de conclusão.

Não deixamos e referir o enorme trabalho que está em curso, que nos permite comparar a qualquer outro concelho da região centro, sabendo que ¼ das construções da CCDRC estão a acontecer no nosso concelho.

Lembremo-nos que, fruto da celebração de contratos visados pelo Tribunal de Contas, só no final de abril foi possível iniciarem-se os trabalhos – há escassos 4 meses! Fazer demolições, garantir a aprovação dos projetos pelos beneficiários (alguns sujeitos a vários estudos prévios), executar o controle prévio no quadro da legalização urbanística, satisfazer a demonstração da propriedade e das respetivas áreas dependentes e privativas (de acordo com a caderneta predial urbana), tudo isto, merece que se reconheça o trabalho desenvolvido.

Afirmamo-lo sem sobranceria, com humildade, mas sem receio de dizer como estamos a liderar e a servir de exemplo.

Neste período decorreu a FICTON – Feira Industrial e Comercial de Tondela.

Só por manifesta falta de boa fé não se terá de reconhecer o sucesso desta edição.

Sabendo que há sempre algo a melhorar, a repensar, a equacionar, isso não nos deixa perder a clarividência e a certeza – trata-se de um momento marcante na promoção e afirmação do nosso concelho. O maior e mais significativo.

É uma prova da grande capacidade organizativa do nosso movimento associativo, do seu potencial no domínio da cooperação, da sua força agregadora e da cooperação existente na grandeza neste evento.

É, de igual forma, a afirmação do nosso tecido empresarial, do comércio e dos serviços, projetando a dimensão regional, a capacidade criativa e empreendedora.

É uma marca evidenciadora da criação de riqueza, da existência de emprego qualificado, diferenciado, mas também, da investigação e da liderança no mercado internacional.

Tudo isto, aliado à gastronomia, ao artesanato e a representação de todas as Freguesias e Uniões de Freguesias, faz deste evento uma marca concelhia.

A verdadeira festa de todos. E para todos.

Interclasseista, de união e de diferentes experiências.

Este ano, pela primeira vez, e pelas razões trágicas de outubro passado, também teve um cariz solidário, revertendo as bilheteiras de 3 dias, cujo valor foi simbólico (2€), par a conta solidária, atingindo a importância de 24.000€.

Mas importa referir que o resultado da exploração das tasquinhas e dos bares, apresenta resultados líquidos, fazendo fé nos dados conhecidos, a rondar a centena de milhar de euros.

Não será esta receita um forte e insubstituível contributo de apoio ao movimento associativo? Não será um ativo de valor considerável que, caso estivesse concessionado, apresentaria uma receita significativa para a sustentabilidade da FICTON?

É por tudo isto que recusamos a ideia que a FICTON, que representa um orçamento de pouco mais de 200.000€, não é um investimento com repercussão financeira no movimento associativo, para além de toda a dimensão de projeção e afirmação do concelho.

A descentralização é um tema adiado.

Constituída a Lei quadro, resultante de um consenso parlamentar, que levou a um acordo alargado entre os maiores partidos, esperava-se a definição dos diplomas setoriais que viesem a corporizar os objetivos políticos.

Infelizmente não se afigura existir coragem política e determinação para a consequência que se esperava.

Os domínios verdadeiramente significativos estão na área da educação e da saúde.

Aqui, importa saber quais as opções do governo, pois não será possível falar-se em descentralização se se tratar de mera delegação de competências administrativas associadas ao pagamento de funcionários ou de despesas de gestão.

Para isso, não se vislumbra qual a vantagem do processo, se tal não corresponder à capacidade de decisão nas opções de gestão locais.

E se não ocorrer, antes, a reabilitação dos edifícios e dos equipamentos degradados e obsoletos, a par da redefinição dos rácios que se esperam na afetação de pessoal técnico e operacional.

Mas para quem sempre andou a falar e a diabolizar a "municipalização", o que se pode esperar?

Do nosso lado, queremos deixar claro que continuamos a acreditar na descentralização.

Não pelo exercício do poder, mas pela virtude de podermos ajudar, em parceria, na tomada de decisões de maior proximidade e de maior racionalidade.

Mas, nunca o poderemos satisfazer se, antes, não forem criados os recursos para tal fim.

Se for para fazer o que hoje se faz, então não se justifica mudar o sistema.

Por fim, uma palavra para os nossos bombeiros voluntários. Das duas corporações e das duas secções.

Em ambos os casos, novos comandantes e respetivos comandos tomaram posse.

É o momento de fortificarmos os graus de cooperação, na observação da independência institucional, mas sem deixar de vincar o contributo inestimável para a promoção de proteção e segurança de pessoas e bens.

Neste quadro, não deixa de ser relevante a operação de revisão do PMDFCI e o investimento elevado na gestão das faixas de proteção, nomeadamente nas diferentes zonas industriais do concelho.

Com todos, queremos construir uma forte cooperação assente na lealdade institucional.

Tondela, 24 de setembro de 2018

anexo 2

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 21 de setembro de 2018.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2018 e 21-09-2018)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (72,33%)	PESO DA EXECUÇÃO REAL NA RECEITA TOTAL
Cód.	Designação					
Receitas Correntes		18.872.408,10	13.130.123,83	69,57%	-2,75%	61,01%
01	IMPOSTOS DIRETOS	4.784.128,48	3.370.781,88	70,49%	-1,57%	18,06%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	89.847,87	85.282,18	88,61%	-8,08%	0,80%
04	TAXAS,MULTAS,O.PENALIDADES	283.289,67	182.854,48	64,58%	-8,39%	0,76%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.358.109,00	721.883,47	53,08%	-18,71%	3,36%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.849.826,82	7.877.788,04	70,58%	-1,59%	35,07%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.612.721,00	1.078.940,88	71,03%	-1,25%	5,00%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	88.312,29	65.702,85	68,28%	-4,11%	0,31%
Receitas de Capital		18.818.888,05	8.881.888,88	46,31%	-27,07%	38,99%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	185,40	888,84%	832,01%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.082.900,00	822.493,89	8,28%	-65,60%	4,29%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	81.360,88	84.887,54	108,27%	32,84%	0,39%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00	1.140,08	114,01%	41,08%	0,01%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7.403.184,11	7.403.184,11	100,00%	27,07%	34,49%
TOTAL GERAL		37.398.814,18	21.821.760,63	57,86%	-14,78%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 57,55%, apresentando um desvio negativo face ao grau de execução de 14,78%. Destaca-se aqui a rúbrica de transferências correntes com um peso na execução global da receita cobrada de 35,67% e o saldo da gerência anterior que representa cerca de 34% do total da receita cobrada.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 21.521.780,63€.

3. Despesa

3.1. Execução Orçamental

Período [illegible]

Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental	Desvio Face ao Grau de Execução Padrão (72,33%)	Peso da Execução de na Despesa Total
	Despesas Correntes	19.219.487,29	9.355.879,15	50,88%	-21,45%	73,64%
01	Despesas com Pessoal	5.559.280,00	3.694.705,10	66,20%	-6,57%	38,57%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8.774.014,80	3.036.593,22	35,80%	-38,34%	27,89%
03	Juros Outros Encargos	41.253,00	28.105,78	68,09%	-4,24%	0,22%
04	Transferências Correntes	3.729.927,70	1.070.404,05	28,67%	-43,66%	10,55%
05	Outras Despesas Correntes	200.822,00	163.030,27	84,09%	-17,84%	1,53%
	Despesas de Capital	18.101.499,29	3.318.197,46	17,31%	-55,02%	26,36%
07	Aquisição de Bens de Capital	15.914.216,01	2.020.554,00	12,70%	-59,63%	16,08%
08	Transferências de Capital	2.351.913,29	538.014,34	22,42%	-49,91%	4,21%
09	Activos Financeiros	106.650,00	54.281,55	49,26%	-22,57%	0,43%
10	Passivos Financeiros	703.697,00	518.544,56	73,67%	1,34%	4,13%
11	Outras Despesas de Capital	82.659,00	54.292,56	65,66%	-6,69%	0,43%
	TOTAL	37.372.014,15	12.682.096,61	33,67%	-38,66%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 50,88% sendo, o grau de execução esperado 72,33%, representando um desvio negativo de 21,45%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 17,31%, o que representa um desvio negativo de 55,02%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorram de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

3.2. Execução de Compromissos

Período [illegible]

Classificação Económica		Dotação Corrigida	Compromissos	Grau de Execução dos Compromissos
Cat.	Designação			
Despesas Correntes		18.210.487,26	14.252.891,57	78,43%
01	Despesas com Pessoal	5.368.260,00	4.690.031,31	87,36%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8.774.014,60	5.888.899,29	67,11%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	39.985,83	96,67%
04	Transferências Correntes	3.726.927,76	3.382.584,40	90,76%
06	Outras Despesas Correntes	299.822,00	281.480,94	93,89%
Despesas de Capital		19.161.888,89	7.129.734,07	37,21%
07	Aquisição de Bens de Capital	15.914.218,61	4.271.880,73	26,84%
08	Transferências de Capital	2.351.913,28	1.963.324,36	83,48%
09	Activos Financeiros	108.650,00	108.562,50	99,92%
10	Passivos Financeiros	703.887,00	703.466,08	99,94%
11	Outras Despesas de Capital	82.856,00	82.821,42	99,96%
TOTAL		37.372.014,15	21.412.336,64	57,30%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já comprometemos aproximadamente 78% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 37,21%. No entanto, no que diz respeito à totalidade de compromissos a sua execução encontra-se a na ordem dos 57%.

3.9. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e nº 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

a) Resultam de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
b) Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
c) Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre a data do último reporte (18-06-2018) e do presente relatório (21-09-2018).

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 19/06/2018 A 21/09/2018				
(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 28/11/2016 pela Assembleia Municipal)				
Descrição sumária do compromisso plurianual	**2019**	**2020**	**2021**	**Seguintes**
Licenciamento Microsoft	**28.288,45 €**			
Aquisição de serviços de Consultadoria Técnica e de apoio na Área Financeira	**6.642,00 €**			
Redes Wi-Fi Caramulo - Assistência Técnica	**2.804,40 €**	**2.804,40 €**	**1.402,20 €**	
Prestação de serviços de manutenção de sistemas de tratamento de águas residuais do Município de Tondela	**44.628,85 €**			
Protocolo Colaboração Apoio Prática Desportiva Escalões Formação Época Desportiva 2018/2019	**50.000,00 €**			
Linha de fibra ótica, central telefónica virtual, voz fixa convergente e securização de linha de fibra ótica	**14.237,11 €**	**14.237,11 €**	**9.491,41 €**	
Aquisição de Combustíveis Rodoviários- Gasóleo, ao abrigo do Acordo Quadro AQ 03/2017	**68.261,25 €**			

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 264 dias do ano de 2018, poderemos concluir que o indicador da receita está próximo do padrão, ao passo que o indicador da despesa se encontra abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 21 de setembro de 2018

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,